

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL

ALÉCIA LUCÉLIA GOMES PEREIRA

**DO EPITÁFIO AO *EPITÁFIO “FABULOSO”*: PARODIANDO IDENTIDADES E
REATUALIZANDO DISCURSOS**

JOÃO PESSOA – PB
2013

ALÉCIA LUCÉLIA GOMES PEREIRA

**DO EPITÁFIO AO *EPITÁFIO “FABULOSO”*: PARODIANDO IDENTIDADES E
REATUALIZANDO DISCURSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de João Pessoa (UFPB) como requisito necessário para obtenção de grau de mestre na área de “Linguagem e Cultura” e linha de pesquisa “Discurso e cultura”.

ORIENTADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica de Oliveira

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

P436 e Pereira, Alécia Lucélia Gomes.

Do epitáfio ao epitáfio “fabuloso “: parodiando identidades e reatualizando discursos/ Alécia Lucélia Gomes Pereira. - - João Pessoa: [s.n.], 2013
99f.: il.-

Orientadora: Maria Angélica de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA/PPGL

1.Discurso literário. 2.Regime de repetibilidade. 3. Resignificação – discurso epitáfico. 4. Memória discursiva.

ALÉCIA LUCÉLIA GOMES PEREIRA

**DO EPITÁFIO AO *EPITÁFIO “FABULOSO”*: PARODIANDO IDENTIDADES E
REATUALIZANDO DISCURSOS**

Aprovada em _____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Maria Angélica de Oliveira – UFCG
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a Ivone Tavares de Lucena - UFPB
(Examinadora)

Prof^o Dr. Juarez Nogueira Lins – UEPB
(Examinador)

DEDICATÓRIA

À minha vó materna (In memorian), Luzia Gomes de Oliveira, exemplo de bondade,
paciência, amor e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

A todos com quem dialoguei para formar a teia dissertativa que apresento, recebam “um obrigada” pelos lugares ocupados em minha vida e por desempenharem tão bem as identidades pelas quais vocês foram constituídos no contexto social:

A Deus, ser tão evocado ante as minhas angústias e agraciado a cada página escrita;

Aos meus maiores e melhores teóricos, meus inspiradores, minhas certezas, minhas forças, meus amigos, MEUS PAIS: dona Ângela e Seu Batista. Meus agradecimentos pelo amor e confiança depositados em minhas conquistas. Obrigada, painho e mainha;

A elas, Lidiany e Luana, minhas IRMÃS, as responsáveis por me guiarem em todas as minhas incertezas: amorosas, profissionais, familiares, acadêmicas. Obrigada pelos posicionamentos de irmãs mais velhas, por cada pitada de intromissão em tudo que faz parte da minha vida;

A ele, Hericlapton Hallyson, que saiu da condição de namorado e agora assume o lugar de NOIVO, amadurecendo cada vez mais nosso relacionamento, conquistas e sonhos. Obrigada, pela paciência, conselhos, carinho, conversas, companhia. Obrigada!

Ao meu cunhado, Irenildo, que sempre me incentivou a estar neste lugar;

Agradeço a ela, PROFESSORA Angélica, que vem me instruindo, me capacitando, me ensinando, me qualificando, me fazendo amadurecer academicamente, que vem me acompanhando desde minha graduação, seguindo a especialização e, por fim, agora, no mestrado. Obrigada pela paciência, confiança e broncas. Obrigada pela realização de mais um sonho ao construir comigo o presente trabalho. Obrigada, minha ORIENTADORA!

À PROFESSORA Ivone, que pela segunda vez guarda parte de seu tempo para se dedicar às leituras dos meus trabalhos, apresentando sábias e válidas colocações. Obrigada!

Ao PROFESSOR Juarez, o qual fez parte de minha qualificação, apresentando suas enriquecedoras e pertinentes contribuições para o aperfeiçoamento do trabalho. Obrigada!

Às AMIGAS do mestrado, Ângela e Rosa Maria. Nossas conversas e discussões acadêmicas influenciaram a materialização das minhas pesquisas. Obrigada, meninas!

À CAPES, instituição financiadora, responsável pelos meus gastos e dedicação exclusiva aos estudos, obrigada!

Vocês me constituíram e me constituem em mais variadas identidades: sujeito fiel, sujeito filha, sujeito irmã, sujeito noiva, sujeito aluna, sujeito pesquisadora. Identidades que eu assumo com muito orgulho, procurando sempre está na ordem não só do discurso que induz e reprime minhas ações, mas também em uma outra ordem: a do coração, que orienta todas as minhas decisões, estando elas na (des)ordem discursiva.

OBRIGADA!

O homem não para de inventar, de criar o novo. Quaisquer que sejam os motivos ou móveis, sociais ou individuais, que o ‘levam’, como se diz, a fazer o novo, é preciso que ele tenha a liberdade de se deixar assim ‘levar’ a fazer o novo, em vez de permanecer prisioneiro de seu aquário discursivo.

(Paul Veyne)

RESUMO

Os vários discursos que circulam na sociedade, ao serem materializados, sobre a forma textual, constituem sujeitos e traçam vontades de verdade que obedecem a um regime de repetibilidade. Com isso, encontramos diferentes materialidades discursivas, refratando os acontecimentos e apresentando enunciados já ditos. No presente trabalho produzimos gestos de interpretação em torno das inscrições póstumas. É sobre o gênero epitáfio que voltamos nossos olhares, tendo por base uma prática de leitura discursiva que nos possibilita compreender os sentidos através das condições de produção dos enunciados. Nosso estudo tem um olhar direcionado à produção do discurso epitáfio, oficial e *fabuloso*, a partir dos procedimentos utilizados em seus discursos, na forma como são organizados e redistribuídos. Para tanto, temos, a luz dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, como objetivo geral, analisar o gênero epitáfio tanto em sua forma “oficial”, quanto em sua forma *fabulosa*, observando como se evidencia a resignificação desse gênero através da memória discursiva e das relações de poder em que estão envolvidos seus dizeres. Os “novos” epitáfios, ao quebrar a ordem discursiva estabelecida nos epitáfios originais, inserem-se em um lugar não-oficial, cômico grotesco e utópico, inscrevendo novos sentidos por meio de um caráter subversivo e tecendo denúncias que deixam entrever, nos fios do texto, um contexto sócio-histórico próprio do pensamento pós-moderno.

Palavras-chave: Epitáfio; *Epitáfio Fabuloso*; Regime de repetibilidade; Resignificação; Vontades de verdade; Memória Discursiva.

ABSTRACT

The various discourses that circulate in society, to be materialized on the textual form, and are subject trace of truth wills that follow a regime of repeatability. With this, we find different discursive materiality, refracting the events and presenting statements already said. In this paper we produce gestures interpretation of the inscriptions around posthumous. It's about gender epitaph we turn our eyes, based on a reading of discursive practice that enables us to understand the meanings through the production conditions of utterances. Our study takes a look toward production of discourse epitáfico, official and fabulous, from the procedures used in his speeches, how they are organized and redistributed. Therefore, we, the light of the theoretical assumptions of Discourse Analysis of French line, the general objective, analyze the genre both in the epitaph "official" as in fabulous shape, as evidenced by observing the redefinition of gender through memory and discursive power relations that are involved in their sayings. The "new" epitaphs, to break the discursive order established in the original epitaphs, fall into a place unofficial, and utopian comic grotesque, inscribing new meanings through a subversive and weaving complaints glimpse wires in the text a socio-historical characteristic of postmodern thought.

Keywords: Epitaph, Epitaph Fabulous; Regime repeatability; Reframing; Wills truth; Memory discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

EPITÁFIO OFICIAL 2.....	50
EPITÁFIO OFICIAL 3.....	51
EPITÁFIO OFICIAL 4.....	54
EPITÁFIO OFICIAL 5.....	55
EPITÁFIO OFICIAL 7.....	56
EPITÁFIO OFICIAL 8.....	58
EPITÁFIO OFICIAL 9.....	63
EPITÁFIO OFICIAL 10.....	65
EPITÁFIO OFICIAL 11	67
EPITÁFIO FABULOSO 1.....	72
CHARGE.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO I

1. O EPITÁFIO COMO GÊNERO DISCURSIVO: TRAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DE MEMÓRIAS DISCURSIVAS	18
--	----

1.1 ANÁLISE DE DISCURSO: DISCURSOS E EFEITOS DE SENTIDO EM EVIDÊNCIA	19
1.2 O EPITÁFIO: UMA INSCRIÇÃO DE SI PARA OUTRO E DO OUTRO PARA SI	23
1.3 O EPITÁFIO COMO LUGAR SOCIAL	25

CAPÍTULO II

2. DA REGULARIZAÇÃO AOS DESVIOS DE SENTIDOS.....	29
--	----

2.1 MEMÓRIA DISCURSIVA/COLETIVA/SOCIAL: A REPRESENTAÇÃO E REPETIÇÃO DE DISCURSOS CRISTALIZADOS.....	31
2.2 DA MEMÓRIA A MOVÊNCIA DE GÊNEROS E SENTIDOS	34
2.3 CARNAVALIZAÇÃO: DESVIOS DISCURSIVOS.....	37

CAPÍTULO III

3. O EPITÁFIO E O <i>EPITÁFIO FABULOSO</i> : IDENTIDADES QUE TRANSITAM ENTRE A MORAL E A DENÚNCIA	46
---	----

3.1 VONTADES DE VERDADE PRESENTES NO EPITÁFIO: RELAÇÕES DE PODER, SUBJETIVAÇÃO E CUIDADO DE SI.....	47
3.2 DIZERES E DENÚNCIAS NA MÍDIA: O <i>EPITÁFIO FABULOSO</i>	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
---------------------------	----

REFERÊNCIAS	90
-------------------	----

INTRODUÇÃO

Considerando que, ao falar, o sujeito constitui o outro e se constitui, é possível considerar a linguagem enquanto materialidade discursiva que estabelece identidade(s). A linguagem, enquanto materialidade discursiva, manifesta-se através de textos. Para entender como os sentidos de um texto se constroem faz-se necessário observar como funcionam os discursos e nesse mesmo espaço como se dá a relação dos sujeitos com a língua constituindo identidade(s).

Os vários textos que circulam em nossa sociedade acabam sendo ricas fontes que nos permitem analisar como se constrói/desconstrói a identidade, em especial quando pensamos nessa identidade marcada por uma crise, como denomina Hall (2006). Crise essa permeada por práticas culturais próprias de cada tempo, e que nos são reveladas por meio de práticas discursivas.

O texto é atravessado por vários dizeres, um dia já proferido ou que ainda estão por ser ditos, os quais são responsáveis pela constituição de discursos. Os discursos circulam obedecendo a uma ordem, seguindo regras, normas que permitem a preservação de comportamentos e repetição de sentidos histórico-socialmente construídos.

É importante saber que discursos ordenados podem se constituir desordenadamente ao fugirem de seu lugar comum, pertencendo a outro elo da comunicação. São discursos que fogem a uma lei, que negam o discurso hegemônico, mas que também obedecem a uma ordem, ainda que, divulguem outras “verdades”. É uma desordem formada na ordem que constrói identidades divergentes.

Nosso estudo volta-se para os textos e discursos epitáficos. Pensamos no seu lugar em nossa sociedade, nas suas condições de produção, na sua organização e veiculação. Sobretudo, nossos passos caminham em busca de uma compreensão em torno da (des)ordem epitáfica, ou seja, do *epitáfio fabuloso*. Para isso teremos como indagação problemática: Como se (des)organizam o gênero discursivo epitáfio? Nosso estudo tem um olhar direcionado a produção do discurso epitáfio, oficial e fabuloso, a partir dos procedimentos utilizados em sua escrita/discurso, na forma como é organizado e redistribuído. Observando inclusive os lugares de memória dos quais se apropriam, seja como forma de repetição discursiva ou transfiguração do gênero.

Os lugares de memória possibilitam uma transfiguração do gênero epitáfio, esses passam a circular em outros espaços diferentes do espaço a ele já naturalizado, os campos-

santos, situando-se em outro lugar, com novos dizeres, movendo os sentidos e os discursos. Assim deixam de ser epitáfios e passam a *epitáfios fabulosos*, na presente pesquisa. É a mídia, enquanto lugar de memória, que possibilita a circulação desses novos epitáfios.

Assim, nosso objetivo geral é analisar o gênero epitáfio tanto em sua forma “oficial”, quanto em sua forma *fabulosa*, observando como se evidencia a resignificação desse gênero através da memória discursiva e das relações de poder em que estão envolvidos ambos os dizeres.

Desse modo compreendemos o epitáfio enquanto gênero discursivo na e para a sociedade. E para operacionalizar a análise, temos como objetivos específicos:

- Apresentar o epitáfio enquanto gênero discursivo;
- Compreender o conceito de memória discursiva, que permite o dizer epitáfio, tanto na sua forma oficial quanto na sua forma fabulosa, significar, demarcando vontades de verdade;
- Investigar o processo da carnavalização;
- Analisar o gênero epitáfio e sua resignificação em *epitáfio fabuloso*.

Nossa pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, *O epitáfio como gênero discursivo: traços sócio-culturais de memórias discursivas*, fizemos uma breve explanação de como estamos entendendo a linguagem e, por sua vez, o texto, a luz da Análise de Discurso Francesa (AD). Utilizamos como aporte teórico os estudos de Pêcheux, para compreender a relação entre linguagem, texto e discurso no epitáfio, responsável pelo funcionamento e circulação discursiva do gênero. O autor ainda nos aproxima de conceitos como interdiscurso e intradiscurso, contribuindo para o entendimento da formulação do discurso epitáfio com base em outros discursos, sobretudo, o discurso religioso. Ainda neste capítulo discorreremos um pouco sobre o epitáfio, situando-o como gênero discursivo, a partir de Bakhtin (1997a).

No segundo capítulo, *Da regularização aos desvios de sentidos*, apontamos como compreendemos a memória discursiva, que faz significar os dizeres dos epitáfios, e ao pensar nessa memória enquanto discursiva, também a situamos como coletiva e social. Marcamos nesse capítulo que os textos /discursos são passíveis a mudanças de sentidos. Fomos mobilizados pelas leituras dos autores Achard (2007), Pêcheux (1990), Halbwachs (2006) e Indursky (2007, 2011). Com eles entendemos o lugar da memória discursiva/coletiva e os efeitos de sentidos presentificados nos gêneros epitáfios. Como forma de compreender esse lugar do epitáfio em sua forma carnavalizada e grotesca risível, com relação ao epitáfio oficial, temos por subsídio teórico Bakhtin (1993). Ao ser colocado sobre a forma carnavalizada, o

epitáfio constitui-se como uma nova identidade, como veremos ainda nesse terceiro momento. Nosso trabalho, também tornou-se possível devido aos respaldos teóricos de Hall (2006) que pontua uma crise na identidade como consequência das mudanças culturais presentes em nossa sociedade pós-moderna. Importante saber também que dada identidade é estabelecida através da diferença, identidade e diferença são inseparáveis. Defendemos a constituição da identidade enquanto um processo que ocorre por meio das relações de poder, o que nos permite também falar no processo de diferenciação, em que uma identidade é formada a partir daquilo que ela não é. Os aportes teóricos de Silva (2000) nos fizeram perceber essa interdependência entre identidade e diferença.

Por fim, temos o terceiro e último capítulo, *O epitáfio e o epitáfio fabuloso: identidades que transitam entre a moral e a denúncia*. Neste, analisamos os epitáfios a partir da ampliação dos conceitos teóricos debatidos, destacando o epitáfio e o processo de carnavalização que permite ao dizer epitáfico ressignificar, apresentando uma nova identidade. Deixamos marcado, nesse momento, a leitura de Foucault (2009, 1979) para entender a presença das relações de poder e os mecanismos de controle que asseguram a ordem do discurso epitáfico, uma vez que, são conceitos que controlam a ordem estabelecida em um dado discurso. Foucault (2004) apresenta-nos também conceitos como: moralidade e cuidado de si, que contribuem na materialização das vontades de verdade. Esse capítulo possui um outro momento no qual abordaremos a desordem ou uma nova ordem epitáfica. Aqui destacaremos o epitáfio em sua forma avessa, buscando analisar a “nova” identidade corporificada em epitáfios que circulam na mídia. Para isso, nos valem da concepção bakhtiniana (2003) acerca da carnavalização, em que há o predomínio do riso, deslocando o lugar de oficialidade presente em práticas culturais, a outro, seu oposto, o não oficial. O mundo ao contrário é possível ser entendido a partir do mundo oficial, que obedece e segue regras impostas por instituições detentoras de poder, a saber: o Estado e a Igreja. Instituições estas tidas por donas de verdades absolutas e imutáveis. Marcados por uma linguagem popular e por um caráter subversivo, esses novos epitáfios vêm desestabilizar esse lugar de poder que reina sobre tais instituições.

O mundo carnavalizado, no qual Bakhtin (1993), ao estudar a obra de Rabelais faz menção, vem sendo atualmente refratado em nossa cultura, na medida em que acontecimentos com caráter moralizador são transfigurados sobre uma forma parodística. Isso é visível em cinema, novelas, filmes, músicas, em obras literárias e até mesmo documentos /ou gêneros dotados de uma seriedade imutável, a saber, os que são perpassados por discursos religiosos. Estes também acabam sendo colocados “às avessas”, como é o caso do epitáfio, conhecidos, em nossa sociedade cristã por transmitir vontades de verdades dúbias.

Conforme Bueno (1965, p.1666), o epitáfio é conceituado como “inscrição tumular. [...]epitáphon, de epi, sobre; táphos, túmulo e suf. io.lat...”. Resumindo são inscrições sobre os túmulos.

Para uns o epitáfio pode ser apenas uma forma de homenagem pública para o morto, para outros uma lembrança dos que se foram. Há ainda quem observe nos trechos do epitáfio uma saída para amenizar a dor da morte, outros acreditam que é um ponto de reflexão na ideia de finitude que todos vão passar. Há quem o veja como um relato autobiográfico do morto ou há apenas quem o tenha como sendo um texto que delimita temporalmente a “passagem” de alguém na terra. São essas várias determinações atribuídas a esse gênero que nos leva a estudá-lo, pensando no lugar que ocupa na sociedade, compreendendo-o como gênero discursivo.

Assim, o *corpus* observado, em um primeiro momento, é formado por onze epitáfios retirados do cemitério Monte Santo, localizado na cidade de Campina Grande. Recolhemos desde escritos presentes em mausoléus mais luxuosos aos mais simples. Alguns trazendo apenas o nome e datas de um sujeito (morte e vida), o que não deixa de ser um dizer importante, pois marca a passagem física de alguém na terra e já lhe credita conhecimento na sociedade em que esteve, sendo, portanto lembrado e relembrado. Representaremos esses epitáfios através da sigla EO (epitáfios oficiais). Adotamos o termo “oficial” como forma tanto de diferenciar os epitáfios (oficial em relação ao fabuloso), como também para demarcar seu lugar de veracidade, sua existência real, sua consagração enquanto gênero discursivo em nossa sociedade.

Tendo em vista que os discursos vivem e sobrevivem em um “vai e vem”, e que neste quadro eles revelam efeitos de sentidos entre locutores, percebe-se que eles tanto podem ser repetidos, assim como podem levar os gêneros discursivos a sofrer uma desregularização. Desse modo, também temos por *corpus*, epitáfios que circulam na mídia e que na presente pesquisa o enquadraremos como sendo o avesso dos epitáfios oficiais. Devido a esse lugar de transfiguração, o denominamos de *epitáfios fabulosos* (EF). A mídia atribui a estes epitáfios a denominação: epitáfios engraçados.

Para comprovar que um dizer não é primeiro, mas possui vínculo com uma exterioridade, ainda trazemos em nosso *corpus* outros gêneros discursivos: reportagem, charge e piada.

Não pretendemos enaltecer uma identidade epitáfica em relação a outra. Respeitamos cada dizer e o seu lugar na sociedade, e nos propomos tão somente a perceber como se coloca o epitáfio em sua forma “normal” e a emergência dos discursos a partir da transformação desse gênero, observando como os sujeitos são constituídos em nossa sociedade, marcada como “um ambiente repressivo ou disciplinar”. Como diz Coracini (2008, p.60):

O que nos interessa perceber em nossa pesquisa poderia assim ser resumido: como se produzem sujeitos num ambiente repressivo ou disciplinar, onde o controle se mostra ainda mais forte? É sob a ótica da governamentalidade e das tecnologias de poder – que acreditamos ser construtoras de subjetividades, ao lado da mídia que parece assumir, hoje, o lugar das instituições tradicionais.

Através de uma visão discursiva buscaremos entender a própria identidade do epitáfio, considerando-o passível a uma multiplicidade identitária, ou seja:

Buscamos problematizar a identidade do (*epitáfio – grifo nosso*) que, a partir da visão discursiva, no nosso entender, dá lugar a uma concepção de identidade complexa, descentrada, heterogênea, constituída por momentos de identificação, sem negar o mesmo (identidade), nem a diferença, mas privilegiando a complexidade que envolve o sujeito e a sua formação. (ECKERT-HOFF, 2008, p.28).

Com isso, a identidade no presente trabalho é compreendida como híbrida, que leva ao descentramento do sujeito, logo, não é algo fechado nem pronto, mas um processo em movimento constituído na e pela pós-modernidade

É preciso deixar claro que não traremos uma verdade em torno do gênero discursivo epitáfio, já que, “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2007, p.26). Nossas “verdades” serão colocadas não como sendo absolutas, mas possíveis conforme a direção de nossos olhares para nossos objetos de estudo.

A natureza da pesquisa realizada, em virtude do *corpus* bem como dos procedimentos cumpridos na análise é considerada como qualitativa, uma vez que, nossa exploração incide sobre a observação de epitáfios, sendo eles oficiais ou fabulosos, focalizando o modo como os sujeitos mortos são vistos na/pela sociedade atribuindo-lhe uma identidade, “a pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, P.73). Para compreender os efeitos de sentidos perpassados no gênero epitáfio, aqui denominado em duas formas, clássica e fabulosa, nossa análise constará de uma descrição e interpretação dos dados coletados, o que caracteriza nossa pesquisa como descritivo-interpretativa.

Quanto ao tipo da pesquisa podemos classificá-la como sendo bibliográfica. Baseada nos mesmos estudiosos acima citados, este tipo de pesquisa caracteriza-se por sua “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não” (2008, p.74). Desse modo, temos por documentos verbais as reportagens e os epitáfios que circulam na mídia.

Ainda e mais importante que ser uma pesquisa Bibliográfica nossas fontes de análise, os epitáfios primeiros, também nos permitir dizer que temos uma pesquisa documental;

Há importantes pesquisas elaboradas exclusivamente mediante documentos outros que não aqueles localizados em bibliotecas. Podem-se identificar pesquisas elaboradas baseadas em fontes documentais as mais diversas, tais como: correspondência pessoal, documentos cartoriais, registros de batismo, epitáfios, inscrições em banheiros etc. (GIL, 2008, p.46).

Para Gil (2008), a pesquisa documental não se concentra em documentos que circulam sobre a forma impressa em bibliotecas, mas sim em outros lugares incomuns a esse, portanto, temos o epitáfio como sendo um gênero discursivo que traz uma linguagem impressa em mármore, lápides, pedras, entre outros suportes, diferentes do papel.

A escolha do corpus justifica-se porque com o epitáfio e sua ressignificação, nos é permitido entender o lugar do sujeito dentro de uma ordem discursiva a partir de uma dimensão cultural religiosa, que influencia na materialização dos dizeres e seus efeitos de sentidos. A relevância dessa pesquisa procede-se, sobretudo, no fato de mostrar o quanto se encontra interligados, mantendo um diálogo constante, a tríade: história, cultura, discurso. Assim, com o presente corpus, temos a abertura para pensar a “ordem do discurso compreendendo a ordem da língua, a ordem da história e a ordem da cultura, cada uma com uma forma de organização própria.” (FERREIRA, p.60, 2011)

Os *epitáfios fabulosos*, assim como os epitáfios em sua forma oficial são tecidos com base em uma memória discursiva, que também é coletiva, deixando entrever um contexto sócio-cultural atual. Se de um lado temos uma memória como lugar do regular e repetível, por outro, temos uma memória como responsável pela desregularização.

Os epitáfios “às avessas” ultrapassam as vontades de verdade religiosas promulgadas no discurso dos epitáfios “oficiais”, nas quais os sujeitos ausentes são colocados como exemplos de boas condutas.

O discurso como sistema que não possui fronteiras fechadas, não tem por materialidade apenas estruturas linguísticas, não é homogêneo. É o lugar do (im)possível, em que sentidos podem sofrer ruptura, gêneros podem ser transfigurados, sujeitos podem ser reconstituídos, tudo na ordem real do discurso. A presente pesquisa adquire importância não só por apresentar um regime de repetibilidade discursiva, inerente aos discursos, mas por trazer para os estudos acadêmicos uma materialidade dificilmente trabalhada. Estabelece novos olhares leitores na perspectiva discursiva.

A ideia de trabalhar com esse gênero discursivo e respectivamente com essa temática resultou de uma palestra. Nesta, o professor Edmundo Gaudêncio debateu sobre o epitáfio, situando esse gênero como resto, rastro e rosto. Sua palestra “Do epitáfio: resto, rastro,rosto” me levou a refletir o tema discursivamente.

Os caminhos seguidos no presente trabalho foram possíveis de serem traçados a partir dos aportes teóricos que abordaremos nos próximos itens.

CAPÍTULO I

O EPITÁFIO COMO GÊNERO DISCURSIVO: TRAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DE MEMÓRIAS DISCURSIVAS

Construir um corpus discursivo é fazer entrar a multiplicação infinita e a dispersão fragmentada dos discursos no campo do olhar por um conjunto de procedimento escópico.

Jean- Jacques Courtine, “*Análise do Discurso*”, 2006.

Nesse movimento de leitura no qual são realizados procedimentos escópicos há uma delimitação/recorte de um texto, permitindo a centralização e a organização de um *corpus* que responda aos objetivos e à questão problema pontuados. Sendo assim, a “ordem do nosso olhar” limitou-se a inscrições tumulares e na materialização de dizeres outros, carnavalizando os epitáfios, na mídia. Olhar que foi possível a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa.

1.1 ANÁLISE DE DISCURSO: DISCURSOS E EFEITOS DE SENTIDO EM EVIDÊNCIA.

A AD tem interesse em saber não o que é o discurso, mas como este é utilizado pelos sujeitos para se constituírem e formularem sentidos. Para isso, observa a relação entre a língua e exterioridade, já que os sentidos não existem em si mesmo, estes são dependentes de um quadro sócio-histórico-político-cultural exterior a língua. Dentro desse contexto, pelo qual a linguagem é a materialização do discurso, Foucault (2009, p.48) diz que:

As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifesta-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nos fala já de um ser do qual seria como nervura.

Manifestação esta consolidada através do discurso, o qual sem a linguagem, inexistiria. Os acontecimentos se tornam discurso através da linguagem, mas torna-se importante saber que,

Nenhum dizer é capaz de completar os sentidos de um discurso nem de apontar para a sua origem, já que os sentidos se constituem sempre na relação entre o lingüístico e o histórico. É apenas ilusoriamente que o sujeito produtor de linguagem acredita poder chegar a um sentido único e verdadeiro para um texto. (GRIGOLLETO, 1999, p.68).

Em outras palavras, temos que, os sentidos manifestados por meio da linguagem são incompletos, conforme os estudos da Análise de Discurso Francesa (AD), pois mantêm uma relação com a história. Para Análise de Discurso, há uma abertura de sentidos, sentidos múltiplos, outros. A linguagem não é transparente. Portanto, na AD, o texto assume o lugar de discurso, e não um simples encadeamento de frase, sendo os aspectos lingüísticos pontos que interferem na produção de sentidos, o que impede a existência de quaisquer leituras. Assim temos, de acordo com Orlandi (1988, p.204) que:

A língua tem autonomia absoluta, em sua ordem interna, enquanto sistema, na AD, esta autonomia será relativa, pois os elementos internos e externos são considerados simultânea e integradamente. A língua, na AD, encontra-se contraditoriamente ligada à História e aos sujeitos falantes.

Essa ligação presente na AD é o que permite a existência de *efeitos de sentidos* no texto, uma vez que, considera a exterioridade textual, elementos sócio-históricos e os sujeitos envolvidos. Diante desses fatores, Indursky (2007, p.12) postula “que o sentido pode ser outro, e isso está na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem”. (INDURSKY, 2007, p.12)

Com os estudos da AD tem-se a ligação da língua com a história, para assim, construir significados. Para Análise de Discurso há uma relação dos elementos internos constituintes de um texto com os elementos externos, ligados à história. Sendo essa interligação responsável pela efetivação de discursos(s). Conforme Indursky (2007, p.12), o discurso é:

Um objeto teórico que se relaciona com o exterior, em que *língua e história* estão indissociavelmente relacionadas, ou seja, para realizar uma análise de discurso há que considerar que o funcionamento lingüístico de um discurso está estreitamente vinculado às condições de produção desse discurso.

Como se vê, para a análise de discurso, o leitor não deve se prender apenas à estrutura de um texto, mas vai além, observando a relação entre os aspectos linguísticos, sociais e históricos responsáveis por produzir sentidos em uma materialidade textual.

É imprescindível analisar as várias pistas, os fios linguísticos, deixados pelos textos, pela linguagem, para assim captar os discursos que neles deixam transparecer a ligação da linguagem com a história. Discursos estes que podem se cruzar ou se excluírem, por isso ser vistos como práticas descontínuas pelo filósofo Foucault (2009, p.52): “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”.

Não devemos procurar o sentido do texto apenas no que está sendo colocado de forma explícita, mas ir além da sua aparência externa, sua estrutura, procurando entender os significados possíveis de cada dizer, buscar sua exterioridade, já que, segundo Orlandi (2007, p.15): “A análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso”. Logo, o sujeito leitor não lê o que quer, como quer, é preciso observar “as sinalizações” do texto. Os sentidos não são quaisquer, é preciso pensar na história que permeia o texto, o que retrata a importância de se fazer uma leitura discursiva, para buscarmos os sentidos de um texto, e não atribuímos qualquer sentido. Na AD, o histórico, como postula Indurky (2007, p.14), é:

Compreendido não como sequência cronológica, nem como relações de causa e consequência, mas como historicidade, entendida como produção simbólica ou, se preferimos, como trabalho discursivo que organiza sentidos conflitantes para as relações de poder presentes em uma formação social.

Por meio da ligação que o texto mantém com sua exterioridade ou mais precisamente com aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos, políticos, acaba permitindo a constituição e funcionamento de discurso(s), por isso não existe discurso sem texto. A organização de um texto e a sua formulação nos leva a seu entendimento, a seu funcionamento, a sua discursividade, ou seja, a ligação do discurso com a história, conforme Orlandi (2008, p.67)

O texto mostra como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias de enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, [...], falando.

Entendemos, então, que a discursividade do epitáfio, ligação do seu discurso com a história, está marcada pelo desejo do sujeito falante de não ausentar o morto e da garantia de

permanência no mundo de si mesmo. Por meio da organização textual do epitáfio, da situação e da memória que impulsionam sua materialização, assimilamos seus sentidos. A efetivação do discurso não é fruto de seu autor, não é controlado por este, mas consequência da situação comunicativa e dos fatos e dizeres que se alojaram na memória do sujeito falante, em outro momento, renascendo sob um novo olhar, em um novo gênero.

A organização textual dos epitáfios nos permite ler os sentidos que neles se constituem, revelando dadas identidades e, assim, construindo sentidos. Para Gregolin (2001, p.9), “fazer sentido é efeito dos processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e, ambos, com a História”. Na medida em que a linguagem não é transparente, não tem o sentido evidente, como esclarece Orlandi (1996), isso gera várias possibilidades de sentidos, que nós leitores, conseguimos significar por meio de gestos de interpretação, observando a relação entre dois pontos, a língua e a história, que conjuntamente nos permite entender a ordem de um discurso.

Tem-se dessa forma que:

Nessa perspectiva, o analista de discurso vai então trabalhar com os movimentos (gestos) de interpretação do sujeito (sua posição), na determinação da história, tomando o discurso como efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 1996, p.49).

Dessa forma, o sentido de um texto é decorrente da relação que um sujeito, a partir do lugar que ocupa, da sua formação social e ideológica, mantém com a história, e assim materializa discursos. Então podemos inferir, a partir de Possenti (2003, p.38), que: “O sentido não é algo prévio e pronto, que uma forma embala; é, antes, um efeito”. Efeito esse postulado por meio das posições sócio ideológicas que envolvem o(s) sujeito(s). Assim sendo, tanto o sujeito quanto os discursos são heterogêneos, o que nos permite falar não em sentido, mas sim em *efeitos de sentido*.

Como podemos perceber, a Análise de Discurso considera o discursivo, ou seja, a associação da materialidade linguística ao histórico, associação essa responsável por atribuir uma posição ao sujeito e por gerar efeitos de sentidos presentes em um enunciado, bem como em um intervalo de tempo em que esse mesmo enunciado pode ser repetido ressignificando-se, como novo efeito. Intervalo esse que pode ser entendido, a partir de Indurky (2007), como ultrapassando o espaço físico, podendo ser marcado por posições ideológicas e formações discursivas diferentes dos sujeitos envolvidos em um discurso, o que gera igualmente sentidos diferentes para um mesmo dizer. Isso significa que não há um sentido único, estabilizado ou prévio, o sentido pode ser outro a depender dos sujeitos envolvidos no processo de interlocução

e da interferência do histórico no discurso, portanto, o que temos são efeitos de sentido em um mesmo dizer.

É importante saber que tendo o texto enquanto subsídio para que os discursos sejam validados, sendo responsável pelo caminho traçado na realização da leitura discursiva e na produção de efeitos de sentidos, tem-se que: AD é, [...], uma disciplina lingüística, na medida em que, essa última lhe fornece o domínio de validação de seus conceitos e de seus procedimentos” (COURTINE, 2006, p.11). Desse modo, tem-se que o texto assume, para a AD, o lugar de unidade pela qual o sujeito leitor ao praticar a leitura interage com o mesmo, observando em que condições foi produzido e assim constrói significados permitidos por sua materialidade.

A AD, enquanto disciplina lingüística, vem inserir nos estudos sobre a linguagem a importância de se observar o discurso, uma vez que, os linguistas tradicionais, a exemplo de Saussure, não se detiveram em analisar o texto com todas as suas especificidades: ambiguidades, pluralidades, opacidades, e restringiam-se apenas ao significante. Dessa forma surgiu a AD, em meio ao quadro estruturalista. Segundo Eckert-Hoff (2008, p.42):

A Análise do Discurso surgiu na França, nos anos 1960, num quadro teórico estruturalista, como uma nova forma de encarar a linguagem, enquanto discurso, ressaltando seus problemas de significação e priorizando as condições sócio-político-ideológicos de sua produção.

Com a AD é possibilitado outra forma de olhar para o texto, buscando a emergência dos discursos, o lugar dos sujeitos a produção de sentidos, como meio de entender a sociedade, com suas leis e ordens, representadas através do texto, a exemplo do epitáfio.

1.2 O EPITÁFIO: UMA INSCRIÇÃO DE SI PARA OUTRO E DO OUTRO PARA SI

O surgimento de um texto, enquanto materialidade discursiva, não nasce do acaso, aparece como reafirmação de outros dizeres, como forma de um desejo e/ou no intuito de revelar inquietações sociais, culturais, econômicas e até mesmo sentimentais ocasionadas através das situações que envolvem nosso cotidiano. É através do texto com os seus discursos, que divulgamos uma compreensão acerca do mundo, que representamos a realidade. Sabemos que nem todo texto é escrito, mas pensando aqui no texto na forma escrita temos que:

Escrita significa, ao mesmo tempo, um movimento para fora (ex-scripta) – de si para outro – e um movimento para dentro (in-scripta) – do outro para si, do outro em si – de modo que a escrita, ou melhor, a escritura implica na

inscrição daquele que (ex)põe suas idéias, seus sentimentos, seus afetos e desafetos, ao mesmo tempo em que o sujeito se vê envolvido (marcado) pelo que escreve. Dessa perspectiva, a inscrição de si na textualidade, no tecido, na tessitura, que constitui todo e qualquer gesto de interpretação, é sempre produção de sentido e, portanto, produção de texto. (CORACINI, 2010, p.24).

No ato da escrita é possibilitado àquele que escreve também se inscrever. Através das palavras que constituem um texto, verbalizam-se as opiniões do sujeito autor, seus conhecimentos, seus pensamentos: “O pensamento e a linguagem, [...], são dois aspectos de um único processo: o do conhecimento do mundo, da reflexão sobre esse conhecimento e da comunicação de seus resultados.” (SCHAFF *apud* FIORIN, 2007, p.34). Utilizar-se da escrita(ura) é exercer ações sobre si e sobre o outro.

A produção de um texto está vinculada a um discurso que permeia a sociedade, já inscrito na memória do sujeito falante e do sujeito leitor. É dependente do lugar em que vai circular. Para Orlandi (2008, p.111): “Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória no interior de sua formulação”. O texto adota, então, a estrutura de um dizer já impregnado anteriormente. Os discursos controlam os dizeres do texto, estes não circulam aleatoriamente, de forma desorganizada, assim como as ideias verbalizadas em seus enunciados são moldadas de acordo com a situação concreta da comunicação discursiva.

É a partir da materialidade textual que representamos uma realidade, sabemos acerca dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, seus medos, suas crenças, o que pensam em uma dada situação. Por meio desse enlaçamento do linguístico com o histórico e o social na escritura do epitáfio, percebemos as posições discursivas dos sujeitos envolvidos, sejam familiares, amigos, a sociedade e o próprio morto.

Pensando na relação entre os aspectos linguísticos, históricos e sociais percebemos o valor do epitáfio, enquanto forma de comunicação que age sobre o outro, com dizeres explícitos na busca da salvação, da amenização, da dor causada pela morte do ente querido, tal como a possibilidade da ida do morto ao inferno, colocado de forma implícita, na medida em que há uma afirmação da partida do morto ao céu. Estes últimos, os não ditos, não são colocados de forma explícita devido à falta de liberdade do sujeito falante na materialização do discurso que impossibilita a divulgação de um dizer qualquer, uma vez que há uma ordem discursiva a ser obedecida.

Essa ordem discursiva nos faz entender a ligação da linguagem ao meio histórico-sócio-cultural permitindo a constituição de um discurso e o seu funcionamento. No caso do discurso fúnebre, este surge como tentativa de sobrepor a morte de forma contínua, negando a existência de uma ausência definitiva. É uma reflexão para outra vida e para o lugar de um sujeito moral,

retratado como bondoso. Para Foucault (2004, p.214) o sujeito moral é aquele que “determina para si um certo modo de ser que valerá como cumprimento moral dele mesmo e, para realizar-se, age sobre ele mesmo, levando-o a se conhecer, a se controlar, a pôr-se à prova, a se aperfeiçoar e a se transformar.”

O epitáfio constitui-se através da retomada de outros discursos, tais como o religioso, “Eu vou para Deus, mas não esquecerei aqueles a quem amei na terra” (EO₁). Aqui o morto não tem uma posição estática, posição esperada em virtude da situação na qual se encontra, assim como não está indo a qualquer lugar, dirigindo-se a qualquer um, mas a Deus, o todo poderoso, o sublime, o divino, o eterno, segundo a vontade de verdade cristã.

Ao produzir um texto epitáfico, o sujeito está construindo seu próprio lugar, revelando sua própria identidade, seus dizeres trazem a forma de encarar esse fim, que, em um dado momento, um outro passa, e, que ele tem a certeza de que a sua vez também chegará: “A perda do outro é, de certa forma, perda de si mesmo.” (RICOEUR, 2007, p.370). Perda de si porque é alguém próximo que se foi, como também essa perda reassume uma postura de nosso próprio fim.

Os fios que conduzem a escrita do epitáfio demarcam a própria teia social e cultural de quem escreve, pois trazem os discursos que atravessam a cultura do sujeito falante, tornando-se uma afirmação do lugar que ocupa, uma preparação para si mesmo, para sua morte, um dizer que se autentica como sendo para um Outro/outro e refrata o mesmo, aquele que o diz. Torna-se uma preocupação, uma preparação, uma reação com um futuro já previsto, tendo em vista que a verdade de que seremos levados pela morte é acatada através do outro. É possível que, ao colocarmos o sujeito morto em uma posição de sujeito bom, logo, apto também a ocupar um lugar bom, estamos pensando em nós mesmos, na garantia de nosso próprio lugar, em uma antecipação da nossa própria morte, e, até mesmo, como condição, através do uso da linguagem, de não sermos totalmente esquecidos. Dessa forma, o epitáfio, através de um dito, coloca os nossos medos em relação à morte. Sendo que esse dito, para ser exposto, sofre restrições, há um controle no dizer de seu discurso reforçado pela organização do texto que emite a posição do sujeito diante do mundo. São dizeres que materializam discursos sobre uma forma estabilizada, enquadrando-se como gênero discursivo, fazendo-nos entender a constituição dos sujeitos e os efeitos de sentido presentes na sociedade.

Os epitáfios são textos discursos que se concretizam em nossa sociedade de forma padronizada, com dada estrutura composicional, estabelecendo-se como um lugar sócio cultural.

1.3 O EPITÁFIO COMO LUGAR SOCIAL

Como vínhamos discutindo anteriormente, a AD requer exploração do objeto em análise para que se chegue ao texto enquanto discurso. E, para isso tem-se que observar a ligação de um texto ao seu lugar social, com suas funções. Como diz Mattos (2008, p.143):

O interesse específico que governa a disciplina ‘análise de discurso’ é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas aquilo que os une através de um dispositivo de enunciação específico que provém ao mesmo tempo do verbal e do institucional. Aqui, a noção de ‘lugar social’ não deve ser apreendida de maneira imediata: pode tratar de um posicionamento num campo discursivo (político, religioso...). Em qualquer um dos casos, o analista do discurso é obrigado a atribuir um papel central à noção de gênero de discurso, que, por sua natureza, leva ao fracasso de toda exterioridade simples entre ‘texto’ e ‘contexto’. Assim, pensar os lugares independentemente das palavras que autorizam (redução sociológica), ou pensar as palavras independentemente dos lugares dos quais elas são parte beneficiária (redução lingüística), isso seria ficar aquém das exigências que fundam a análise do discurso.

Assim sendo, para não cairmos na *redução sociológica* ou na *redução lingüística* e como forma de explorar nosso *corpus*, torna-se necessário considerarmos o texto epitáfio enquanto entrecruzado com um social, pensar o epitáfio não apenas enquanto texto, mas enquanto gênero discursivo que circula na sociedade, através de algumas particularidades.

Os gêneros discursivos são textos-discursos importantes em nossa sociedade, pois através deles conseguimos interagir com os sujeitos, entendendo nossa organização social e como os sentidos são produzidos. Nossa fala é moldada através dos gêneros, são eles que nos permitem compreender e sermos compreendidos. Bakhtin (1992b, p.302) ratifica essa questão ao registrar que:

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na conversa mais desenvolta, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais cristalizados. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida.[...] Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas

primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existisse o gênero do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação humana seria quase impossível.

Os gêneros discursivos são práticas comunicativas que se materializam na sociedade, sobre a forma escrita ou oral, através dos sujeitos, respondendo as necessidades desses e a suas finalidades. Práticas estas que se concretizam por meio da utilização da língua(gem), que ao ser adotado em um dado contexto, possuindo funções específicas, transforma-se em enunciado. De acordo com Bakhtin (1992b, p.279):

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. [...] Cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Os enunciados, por meio da língua, penetram a vida, sendo, portanto a “unidade real” de comunicação entre os sujeitos. Como existe uma grande diversidade de atividades sociais que requerem uma comunicação dos sujeitos, igualmente temos uma multiplicidade de gêneros discursivos para desempenhar essa comunicação, sendo cada um (re)conhecido por trazerem peculiaridades comuns e circularem em lugares específicos.

Isso permite aos gêneros discursivos, de acordo com Bakhtin (1992), serem classificados como formas relativamente estáveis de discursos, por normatizarem dizeres já conhecidos que circulam na sociedade. Mesmo não estando em contato diário com um determinado gênero conseguimos identificá-lo através do uso que faz da linguagem (enunciados), do lugar que ocupa e onde circula.

Os discursos materializados nos gêneros discursivos são organizados a partir de alguns fatores, como a temática, por exemplo, a morte, no epitáfio, que faz calar alguns dizeres e obriga a colocação de outros dizeres, em respeito ao lugar que irá circular. A linguagem nos cerca nos mais diversos ambientes, e nós nos apropriamos da mesma sob a forma de um dado gênero para agirmos e dá sentido ao que queremos ou estamos executando.

Desse modo, podemos colocar os epitáfios como sendo gêneros discursivos, uma vez que são escritos que produzem sentidos e nos envolvem na sociedade com uma função, constituindo-se como fonte sócio-discursiva que age sobre os sujeitos e falam do sujeito.

Afirmamos ser o epitáfio um gênero discursivo, por possuir alguns aspectos constantes em seus escritos, a saber: um público-alvo, visitantes ao túmulo – familiares e conhecidos ou não da família do morto; uma finalidade: exibir uma informação sensibilizadora, tentando traçar um perfil comportamental do ente querido a fim de ressaltar a perda irreparável para a família e para os demais que o conheciam ou não; por fim é uma forma estável de enunciado que apresenta textos curtos, apelando para o discurso religioso cristão.

Podemos estender as caracterizações do gênero epitáfio enquanto uma forma de localização e organização do espaço em que se localiza o morto, o cemitério, portanto, o epitáfio não deixa de ser um “endereço”, o qual permite a identificação dos sujeitos que se encontram neste espaço.

Possuímos domínio sobre os gêneros, na medida em que a forma como os enunciados são colocados, estruturados, nos permite identificar qual sua função, sabendo de qual gênero se trata. Os gêneros nos permitem visualizar a sociedade, em seus mais variados aspectos.

O presente capítulo apresentou o epitáfio enquanto gênero discursivo que traz em seus dizeres outros dizeres, revelando traços culturais e sociais característicos dos discursos que permeiam a sociedade, inscritos nas memórias dos sujeitos falantes.

No capítulo seguinte discutiremos o papel da memória na constituição dos discursos. Compreenderemos o lugar da memória discursiva na constituição do epitáfio oficial e de sua forma carnavalizada, o epitáfio fabuloso.

CAPÍTULO II

DA REGULARIZAÇÃO AOS DESVIOS DE SENTIDOS

O que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, midiáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem nela uma ruptura?

Achard, Papel da Memória, 2007.

A memória se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto...

Indursky, A memória na cena do discurso, 2011.

Os discursos presentes em nossa sociedade, nos mais variados textos, têm uma filiação com outros dizeres, não são discursos primeiros. Estão associados a discursos que nós adquirimos e reproduzimos. Segundo Fiorin (2007) a forma como o sujeito aprende a ver o mundo está associada com os discursos que apreende durante sua vida, os quais mais tarde são repassados. Assim diz o autor supracitado:

O discurso não é, [...], a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala. (FIORIN, 2007, p.35).

É o que acontece com o epitáfio que divulga “vontades de verdade” já interiorizadas pelos sujeitos que reproduzem discursos relacionados à morte.

Isso posto, os textos colocados sobre alguns túmulos, bem como todo texto, “dependem” da condição de produção, ou seja, das situações e dos sujeitos envolvidos, e de uma memória

que remota a algo já dito, saberes já cristalizados. É devido a essa memória que reafirmamos ou negamos discursos ditos em outros lugares, em outras situações. Essa memória, ao ser pensada em relação ao discurso, fixa-se como o interdiscurso, conforme Orlandi (2005).

O interdiscurso consiste na produção de um discurso tendo por base a afirmação ou negação de um já-dito que se encontra na memória discursiva do sujeito falante, mesmo que esse dizer tenha sido dito em outro lugar diferente, em outro momento distante. Assim define-se interdiscurso para Pechêux (2009, p.49): “Propomos chamar interdiscurso a ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”. Da mesma forma que o sujeito é sempre já sujeito por trazer a ilusão do livre assujeitamento, o discurso é sempre já discurso, “ ‘algo fala’ sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”.(Ibid, op. cit.)

Além do efeito de pré-construído (interdiscurso), temos no discurso um outro efeito, o da articulação, da formulação do dizer, conhecido por intradiscurso. Para Pechêux (2009, p.152), intradiscurso é:

O funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referencia’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito)

Sendo assim inter e intradiscurso não são pontos separados. Enquanto o primeiro, interdiscurso, é relacionado a um dizer proferido antes, o segundo, o intradiscurso, relaciona-se a um dizer presente, a organização do dizer, é efeito, manifestação do interdiscurso. Conforme o discutido, fica entendido, de acordo com Pechêux (2009, p.154) que: o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do exterior”.

O discurso está formado pela confluência desses dois eixos, conforme Pechêux (2009), o interdiscurso e o intradiscurso. Como já dissemos, o último é efeito do interdiscurso, ou seja, como um “eu” enquanto sujeito, organiza o seu dizer que, por sua vez, é formado devido a outros dizeres. O intradiscurso é a manifestação do interdiscurso, é o que permite ao interdiscurso tornar-se acontecimento. De acordo com Orlandi (2007b), o primeiro está no plano da constituição de sentidos e o segundo na formulação, sendo que,

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2007b, p.33).

Já que todo texto é envolvido por estes dois eixos, constituição e formulação, o epitáfio não fica à parte, sendo através desse entrelaçamento e da relação deste gênero com a exterioridade, atravessado por uma memória, que o morto é “colocado no céu”.

Entender como são produzidos os sentidos nos textos dos epitáfios é buscar apreendê-lo como materialidade discursiva que situa o sujeito, revelando as ideologias, destes últimos, o que, para ser concretizado, o sujeito de discurso retoma discursos já mencionados historicamente: “a história ‘afeta’ a linguagem de sentidos. Desse encontro resulta o texto, logo textualidade que é história, que faz sentido” (ORLANDI, 2007a, p.57).

Os discursos revelam sentidos a partir de uma memória que se faz presente no seio de uma coletividade, como veremos a seguir.

2.1 A MEMÓRIA DISCURSIVA: REPRESENTAÇÃO E REPETIÇÃO DE DISCURSOS CRISTALIZADOS.

Os discursos pré-existem e são retomados. Isto permite uma ilusão do sujeito, como se esse fosse dono de seu dizer, quando na realidade “encontramos uma característica essencial da noção de memória, tal como ela é convocada pela AD: o sujeito, ao produzir seu discurso, realiza-o sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber”. (INDURSKY, 2011, p.70). Os discursos são dessa forma a repetição de discursos passados que circularam em outro lugar e espaço, por outros sujeitos.

Associamos dessa forma, a questão da repetibilidade à existência de uma memória. Para Pêcheux (2007, p.52), a memória discursiva:

Seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos, transversos, etc.).

Os discursos ao serem retomados, o são devido sua circulação e trama no contexto sócio histórico, o que nos leva a dizer que através da memória os sujeitos retomam sentidos comuns não a um sujeito, mas é uma memória associada a um domínio social.

Através dos epitáfios oficiais, os discursos que circulam em nosso contexto sócio-histórico são retomados, portanto, temos uma memória que é social e que permite a existência de uma regularização nos discursos.

Ao falar em uma memória social também entendemos como uma memória coletiva, ou seja, uma memória que é comum a um grupo de formações discursivas iguais. Porém dizer que há uma memória coletiva, não é negar a existência de uma memória individual. Esta existe, mas só existe em função daquela, de acordo com Halbwachs (2006, p.12):

A memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social *atual*, é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem.

A memória individual faz emergir uma lembrança que é de todos, todos que estão envolvidos em uma teia social com formações ideológicas iguais. E ainda que (EU) enquanto sujeito tenha feito parte de um acontecimento em que um outro não presenciou, mesmo assim minha lembrança continua a ser coletiva/social, já que somos sujeitos sociais “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p.30). A lembrança de um ente ausente não é apenas de um sujeito pai, um sujeito mãe, um sujeito filho, um sujeito tio, um sujeito irmão, é uma lembrança de um sujeito sociedade, na qual esteve presente este sujeito ausente, logo, é uma lembrança coletiva, a qual fica ainda mais marcada com a presença do gênero epitáfio, através de seus dizeres e imagens.

A memória individual está baseada, portanto, em uma lei que é da ordem do coletivo/social. Ao regularizar os discursos epitáficos, repetindo um discurso religioso, os familiares o fazem através de uma memória coletiva, representando o que já é cristalizado na coletividade. Essa memória coletiva também é regulada pela forma que cada formação social encara a morte. Assim, as coisas são representadas através de um pensamento coletivo, conforme Halbwachs (2006, p.61):

As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este os examina e à sua maneira explica suas relações. A partir daí

compreenderemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas.

A memória individual gira em torno de uma memória coletiva, isso implica dizer que mudando o espaço e lugar social/coletivo em que se encontra um sujeito, sua memória girará em torno do social em que convive, do qual faz parte:

De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p.69).

A memória individual não é por sua vez uma memória isolada, está sujeita a aspectos exteriores, vindos da sociedade e suas respectivas leis.

Com outras palavras, esses discursos fazem sentido conforme os lugares e posições dos sujeitos. Para pessoas de cultura religiosa diferente, com outra formação social, os discursos presentes no epitáfio não representam a mesma coisa e não seriam marcados em suas memórias discursivas, como para nós, de culturas iguais que carregamos uma mesma memória, conforme nosso lugar social. Por isso que Halbwachs (2006) vem dizer que toda memória é coletiva, mesmo provendo de um sujeito. A memória individual é uma memória que depende do social, portanto, também é coletiva.

Assim, em vista dessa memória coletiva, podemos dizer que só há o resgate daquilo que permanece vivo na sociedade e, por sua vez, nos sujeitos. O sujeito morto ou a morte é um acontecimento que está vivo em nossa sociedade, sabido e vivido por todos os sujeitos. A morte representa em nossa sociedade uma certeza do fim terreno.

As redes de memória ao formularem seus discursos, obedecendo a um regime de repetibilidade, também podem sofrer transformações, receber novas formulações as quais se juntam as primeiras para se atualizarem, de acordo com Indursky (2011). É possível encontrar migração de sentidos em alguns textos, quando estes desmancham uma regularização discursiva, levando à formação de contra discursos e a transfiguração de gêneros, como veremos mais adiante com a transfiguração do gênero epitáfio em *epitáfio fabuloso*.

2.2 DA MEMÓRIA À MOVÊNCIA DE GÊNEROS E SENTIDOS

Os sentidos, ao serem repetidos, cristalizam-se, o que permite uma regularização de saberes, levando a existência de (novos) acontecimentos discursivos. Isto não implica dizer que ao serem cristalizados os discursos permaneçam intactos, sejam congelados, eles podem ser alterados, desviados ao serem postos em outros lugares, por isso falamos em novos acontecimentos.

Os estudos de Pêcheux (1990) são marcados por uma preocupação em torno do discurso. A partir desse teórico, visualizamos que a língua passou a ser vista numa perspectiva histórica e social contribuindo na constituição da Análise de Discurso de linha francesa.

Neste sentido, através dos estudos do referido teórico assim como de outros estudiosos, a linguagem não deve ser vista enquanto sistema fechado, mas sim mantendo uma relação com a exterioridade, devendo ser analisada a partir de marcas históricas- ideológicas inerentes ao sujeito que a produz lhe dando sentidos.

Em decorrência desse pensamento de que o texto para ser compreendido precisa levar em consideração o contexto social e histórico pelo qual foi produzido, que o sentido não é fixo, já que, conforme Pêcheux (1990,p.53) : “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente para derivar para um outro” e assim originar novos sentidos, fica claro a relação que traz este mesmo estudioso acerca da estrutura e acontecimento. Esse mesmo teórico mostra que os efeitos de sentidos discursivos não são obtidos apenas de um ou de outro, não é um caso de alternância, mas de adição, no qual a estrutura permite a existência do acontecimento, e, este por sua vez é visível através da estrutura, um e outro não se excluem, mas se completam.

Para Pêcheux (1990) o acontecimento é o novo do discurso, aquilo que reestrutura uma dada estrutura, vestindo-lhe uma nova roupagem em novo lugar, em que o enunciado embora sendo o mesmo ou não, ganha um novo sentido. Dessa forma, o acontecimento é o que está à procura de ser simbolizado, ou para utilizar outro termo, metaforizado.

Com isso, a repetição dos discursos é a responsável pela existência do acontecimento. O acontecimento atribui um novo significado a um enunciado ao deslocá-lo de um lugar para outro, repetindo-o. No entanto, é importante saber que, quando um enunciado é deslocado para

um novo lugar, continua mantendo uma ligação com o lugar já ocupado, uma vez que, deixa marcas inerentes deste lugar. O sentido do enunciado fundador deixa rastros e ecos discursivos que a memória discursiva possibilita resgatar. Nesse contexto Indursky (2011, p.80), enfatiza que:

O sentido do enunciado fundador precisa soar ali, apesar de ausente, para que seu deslocamento seja entendido. Dito de outro modo: a rede de memória funciona, como pano de fundo, possibilitando que se perceba que houve um distanciamento em relação aos sentidos pré-construídos, e que esse recuo possibilitou a instauração de novos sentidos. Sem a memória fazendo ressoar aí o efeito de sentido fundador, decorrente do processo de regularização, que é social, a ressignificação deste enunciado talvez não fosse interpretada como uma retomada da primeira formulação. A rede de memória faz ressoar esse sentido e trabalha por traz desse deslizamento, fazendo o sentido primeiro reverberar por trás do novo sentido, produzindo-se, deste modo (*um* - grifo nosso) *efeito de memória*.

Através do acontecimento o discurso não é fixo, mas sim carrega uma identidade móvel, os dizeres são reestruturados e desestruturados. Em virtude das emergências históricas do momento e do lugar, um enunciado acaba sendo retomado, ressignificando-se em uma nova situação em que é empregado. Há uma reconstrução do sentido trazido em um discurso, que acontece por meio de uma repetição ou não de um enunciado. Um mesmo acontecimento pode ser formado por enunciados diferentes, construindo novos acontecimentos, que, por sua vez, também são diferentes.

Por meio da interpretação um novo enunciado é construído através de um enunciado primeiro. No ato de descrição sempre há uma interpretação, de acordo com Pêcheux (1990). Assim, descrição e interpretação são pontos essenciais para uma análise linguística e discursiva, cabendo ao analista saber o momento em que cada uma deve ser pensado. Como afirma Pêcheux (1990, p.54):

O problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.

Com esses estudos verifica-se que um acontecimento ou um discurso logicamente estabilizado na sociedade pode vir a torna-se outro, se colocado em um novo lugar. É o caso, por exemplo, do discurso religioso.

Esse discurso alicerça-se em nossa sociedade enquanto um dizer inquestionável, dono de uma verdade absoluta, e, assim, detentor de um poder soberano. É um discurso presente no

gênero epitáfio. Porém, essa nobreza do discurso religioso pode sofrer resistências, configurando-se em novos dizeres atípicos em que o que é habitual e sério, cede lugar ao inabitual e grotesco, como é perceptível em epitáfios que circulam na mídia. Assim, há um deslocamento não apenas de dizeres, mas uma transformação nos gêneros.

Os novos epitáfios, os *fabulosos*, saem do plano moralizador e entram no lugar da crítica, vestindo-se com um caráter humorístico, portanto, “Levando em consideração o humor irreverente e a ironia, “fabulosas”, aqui, não tem o significado de maravilhosas, fantásticas, mas, antes de tudo, seria o sinônimo de irreais, fingidas, não verdadeiras” (OLIVEIRA, p.2, 2011). Não verdadeiras ou irreais porque se colocam enquanto gêneros epitáfios, dizem-se e assumem-se enquanto tais, quando na realidade são adaptações deste gênero, sendo assim, formas fingidas do gênero epitáfio.

Os *epitáfios fabulosos*, assim como os epitáfios em sua forma oficial, também são tecidos com base em uma memória discursivo-coletiva que deixa entrever um contexto sócio - cultural atual. Se de um lado tínhamos uma memória como lugar do regular e repetível, por outro lado temos uma memória como responsável pela existência de contra discursos. Para Achard (2007, p.10):

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos.

Assim, os *epitáfios fabulosos* retratam essa memória que desloca sentidos aparentemente não deslocáveis, revestindo os discursos trazidos nos epitáfios. São epitáfios às avessas que pintam um contexto social atual, perpetuando *vontades de verdade* diferentes das presentes nos “verdadeiros” epitáfios. O sério e clássico é transfigurado, carnavaliza-se ao sair do seu lugar regular, tornando-se grotesco e inusitado.

O fenômeno da carnavalização, na medida em que apresenta as coisas ao avesso, conforme Bakhtin (1993), contribui para a existência de desvios discursivos, como veremos no item a seguir.

2.3 CARNAVALIZAÇÃO: DESVIOS DISCURSIVOS

Envolvido por questões que abarcam a cultura popular, durante o Renascimento, mais especificamente pelo riso, o qual se faz presente em várias práticas sociais dos sujeitos, Bakhtin (1993) traz à tona o conceito de carnavalização ao analisar a obra de François Rabelais, mestre da Literatura. O processo da carnavalização, conceito que discutiremos mais a frente, pode ser encontrado em algumas materialidades textuais.

Os epitáfios se fazem presente em nossa sociedade desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, pelo Renascimento e chegando aos dias atuais. Hoje, esses escritos, além de circularem em seu lugar comum, os cemitérios, manifestam-se de forma virtual, circulam em um novo lugar, na internet, com outro nome (epitáfios engraçados), e assim vêm carregados com uma nova identidade, a qual reatualiza os epitáfios primeiros, ridicularizando algumas identidades, e ressignificando discursos. O lugar em que circulam os discursos permite a estes significar. As redes discursivas contribuem para formulação dos discursos, suas ressignificações, seus novos sentidos, os quais costumam criticar os sentidos primeiros.

A mídia, assumindo um lugar de poder de divulgação em nossa sociedade, permite a circulação de epitáfios risíveis, os quais deslocam o sujeito ausente de um lugar religioso cristão a lugares contrários, trazendo novos sentidos:

A mídia busca marcar sua posição, ditar padrões, cristalizar discursos, construir e instaurar sentidos, manipular opiniões, valores. Apresenta-se no espaço social como o “olho” ou o “termômetro da sociedade” e, deste modo, seu discurso passa a confundir-se com o discurso da sociedade, o discurso “da grande massa”, ocupando um espaço de poder na sociedade. Um poder que ressurgiu através de múltiplas faces, um poder que já vem sendo construído ao longo do tempo na história da imprensa e da memória nacional. (ASSIS, 2011, p.90).

Os epitáfios, que circulam na mídia, adotam uma nova identidade, saindo do plano religioso e passando ao plano material, com dizeres que envolvem discursos econômicos, discursos com apelos sexuais, entre outros, que são interditados no gênero epitáfio em sua forma oficial.

O lugar fixo do epitáfio, marcado, sobretudo, pela formalidade, cede lugar a um deslocamento que imprime nos epitáfios às *avessas* um caráter não oficial¹, ultrapassando a preocupação para com o discurso religioso. O que reside é um dizer sobre a forma humorística. Estes dizeres destacam o lugar e atitudes de determinados sujeitos em nossa sociedade, denunciando comportamentos com base na forma como sua vida e sua profissão são vistas

¹ Adotamos a expressão “não oficial”, como forma de ratificar que esse epitáfio não circula em seu lugar típico, necrópoles.

na/pela sociedade. E, ao mesmo tempo, ao colocar o que é inusitado, esses pseudos epítáfios acabam por fazer críticas.

O novo estilo epitáfico nos faz colocar esse gênero como fazendo parte de uma cultura cômica. Existem três formas de expressão pelas quais a cultura cômica popular se estabelece, conforme Bakhtin (1993): as formas dos ritos e espetáculos, as obras cômicas verbais, (inclusive as paródicas) de diversas naturezas, e diferentes formas e gêneros do vocabulário familiar grosseiro. Encaixamos os epítáfios midiáticos na segunda.

Durante a Idade Média todas as festividades, sendo elas religiosas, espetáculos, rituais civis, entre outras, eram marcadas pelo riso, “nenhuma festa se realizava sem a intervenção dos elementos de uma organização cômica” (BAKHTIN, 1993,p.4). Eram festas que brincavam com o sério da sociedade, criando um novo mundo.

Esse mundo era o avesso do mundo oficial, seus tons humorísticos quebravam uma ordem discursiva séria, oficial, própria da igreja e do Estado. Os ritos, fugindo do padrão oficial, “pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas” (BAKHTIN, 1993, p.5). Havia, dessa maneira, a presença de um mundo dual: o primeiro destacado pela sua posição oficial e o segundo mundo, no qual aquele era parodiado caracterizando as festas durante a Idade Média.

As festas com caráter cômico só existiam na Idade Média sobre a forma carnalizada. Para Bakhtin (1993,p.7): “O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso” Segundo este autor, não se pode dizer que o carnaval era apenas um jogo artístico, ele representa a vida. Vejamos na citação abaixo o que diz Bakhtin, mais detalhadamente, a respeito do carnaval:

O carnaval não é de maneira alguma a forma puramente artística do espetáculo teatral e, de forma geral, não entra no domínio da arte. Ele se situa nas fronteiras entre a arte e a vida. Na realidade, é a própria vida apresentada com os elementos característicos da representação. (BAKHTIN, 1993, p.8).

O carnaval torna-se uma nova vida, uma forma de fugir dos comportamentos oficiais ditados pelos regimes de Estado e da igreja presentes na sociedade da época. Assim, “festa convertia-se na forma de que se revestia a segunda vida do povo, o qual penetrava temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância”. (BAKHTIN, 1993, p.8). Ou seja, essa segunda vida ousava e usufruía de liberdade ante as formas de poder. O autor diz que:

O carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações

hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto. (BAKHTIN, 1993, p.9).

Nas festas realizadas em praça pública, carnavalescas, havia o predomínio de uma linguagem familiar, sendo esta marcada por grosserias. Para Bakhtin (1993, p.15): “as grosserias são um gênero verbal particular da linguagem. Pela sua origem, elas não são homogêneas e tiveram diversas funções na comunicação primitiva, essencialmente de caráter mágico e encantatório.” No carnaval, esse lugar de encanto era substituído, as grosserias se tornavam palavrões, o que consolidava a liberdade de expressão favorecendo o aspecto cômico reinante na linguagem. Essa liberdade de expressão, na qual a linguagem é verbalizada com termos impróprios, ou melhor, proibidos para um dado gênero em sua forma oficial, acaba sendo perpassada por discursos profanos, tal como acontece nos epitáfios às avessas.

A festa, não oficial, está marcada por símbolos e formas responsáveis por colocar as coisas ao avesso, renovando-as. As coisas eram degradadas, transformadas, parodiadas. “A segunda vida, o segundo mundo da cultura popular constrói-se de certa forma como paródia da vida ordinária, como um ‘mundo ao revés’”. (BAKHTIN, 1993, p.10).

A paródia tem por função provocar uma ruptura nas coisas (gêneros discursivos, obras literárias, obras de arte...) ao contrário da paráfrase que “é a reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita.” (SANTANA, 1988, p.17). Esta repete os mesmos sentidos de um já dito, modificando as palavras.

Os epitáfios oficiais se utilizam da paráfrase para transmitir valores e uma formação ideológica voltada para o campo religioso. Ao passo que os epitáfios fabulosos se apropriam da paródia e trazem um novo discurso. O efeito parodístico apresenta a inauguração de um novo paradigma, a evolução da linguagem. Santana (1988, p.27-28) ratifica essa questão, ao dizer que:

A paródia, por estar do lado do novo e do diferente, é sempre inauguradora de um novo paradigma.[...], ela constrói a evolução de um discurso, de uma linguagem, sintagmaticamente. Em contraposição, se poderia dizer que a paráfrase, repousando sobre o idêntico e o semelhante, pouco faz evoluir a linguagem.

Tanto a paródia quanto a paráfrase não se constituem do nada, precisam de um antes, de ditos passados. São processos construídos a partir de discursos primeiros. Dessa forma, entendemos esses processos como sendo interdiscursivos, sendo o primeiro uma interdiscursividade *das diferenças* e o segundo interdiscursividade *das semelhanças*. Santana (1988) fala em intertextualidade das diferenças e intertextualidade das semelhanças,

parafraseando o teórico, adotamos os termos interdiscursividade das diferenças e interdiscursividade das semelhanças, como forma de entendermos a ligação que todo enunciado traz com outros enunciados dentro de uma dada materialidade discursiva, seja como forma de repetição ou ressignificação dos discursos. Esses termos foram enquadrados, em nossa pesquisa, por estarmos nos referindo não apenas a uma materialidade significativa e sim aos discursos que permeiam as materialidades estudadas.

Quando falamos em interdiscursividade entendemos, com isso, a continuação de discursos no curso de uma história, pois, “todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata nunca de um discurso, mas de um continuum” (ORLANDI, 2008, p.18). É como se houvesse um gigantesco traço discursivo o qual nós vamos completando, refazendo, desfazendo, continuando, mas nunca pela nossa voz e sim pela voz do(s) outro(s). Todo discurso se apoia em outros discursos, assim, a interdiscursividade é parte constitutiva de todo e qualquer discurso.

Discursos, estes, que se materializam por meio de gêneros. Os gêneros discursivos, através dos enunciados que lhe são constitutivos, refletem o processo verbal que nos leva à comunicação. São os enunciados que nos mostram as especificidades dos gêneros, seus discursos, bem como nos revela uma realidade através da ligação que mantém com outros enunciados anteriores. Para Bakhtin (1992b, p.319):

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Tem fronteiras nítidas, determinadas pela alternância dos sujeitos falantes, mas dentro dessas fronteiras, o enunciado, reflete o processo verbal, os enunciados dos outros e, sobretudo, os elos anteriores (às vezes os próximos, mas também os distantes, nas áreas da comunicação cultural).

É nesta perspectiva de inter-relação discursiva, na qual os enunciados refletem o que já foi dito ou que ainda está por dizer, que Bakhtin (1992) propõe o dialogismo. O teórico propõe este conceito não delimitando o princípio ao diálogo face a face, mas a uma noção transcendente, em que o diálogo individual perpassa o diálogo do outro, obrigatoriamente. Por não haver um discurso individual, mas discursos que se constroem no processo de interação, discursos que deixam transparecer um emaranhado de vozes, temos o *dialogismo*, na medida em que todo enunciado será uma resposta a outros.

O dialogismo instaura, mesmo na manifestação da linguagem individual, uma “apropriação” do discurso alheio, por parte do sujeito, para elaboração da enunciação própria. Assim diz Bakhtin (1992a, p.88): “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso [...] [o discurso] se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de

participar, com ele, de uma interação viva e tensa”. Os enunciados significam devido a esta interação dialógica viva e tensa que demarcam a existência de discursos outros, subsidiando as intenções do sujeito autor e refratando suas emoções, valores, paixões. Os enunciados interagem com a realidade e com outros textos, por isso são essencialmente dialógicos, nunca são neutros. Nós, enquanto sujeitos leitores, temos sempre uma atitude responsiva ao nos depararmos com um texto. Nossa compreensão vem acompanhada de uma resposta. Resposta essa que poderá concordar ou discordar do lido, provocando um duelo de vozes sociais:

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 2008, p.223).

O enunciado adapta-se e revela uma realidade, para isso reporta-se a outros enunciados, o que favorece a análise da situação comunicativa, observando as condições de elaboração e o contexto social: “o enunciado se relaciona com a realidade, reportando-se a outros enunciados reais, previamente produzidos. Nesse sentido, o enunciado se produz num contexto que é sempre social” (FREITAS, 1994, p.135).

Bakhtin, em sua teoria, fomenta a análise dos enunciados inseridos no momento histórico da comunicação, sua proposta é “ver a língua imersa na realidade enunciativa concreta” (FLORES, 2008, p.48). Observar a língua nesse aspecto contextual é o que favorece uma leitura possível, a qual contempla o teor ideológico do enunciado.

A importância de se estudar a linguagem na situação enunciativa Bakhtiniana se dá pelo fato de que a palavra adquire uma nova significação de acordo com o contexto em que foi mencionada, é no enunciado que as palavras adquirem expressividade.

A presença do outro nos discursos torna este heterogêneo, assim todo e qualquer discurso ao interagir com outros, não sendo um “discurso adâmico”, é constituído de heterogeneidade. O princípio do dialogismo bakhtiniano remete para a questão da heterogeneidade enunciativa, termo proposto por Authier-Revuz (1982). A linguagem e por sua vez os discursos são essencialmente heterogêneos. A heterogeneidade poderá ser tanto constitutiva quanto mostrada.

A heterogeneidade constitutiva não é visível no fio discursivo, mas sabemos de sua existência porque sem a presença da mesma não haveria o elo da comunicação verbal, colocado por Bakhtin (1997), o diálogo inexistiria e o texto repousaria em um silêncio. Esta heterogeneidade é própria do funcionamento discursivo, sendo perceptível através da memória discursiva.

A heterogeneidade mostrada será marcada, ou não, nos discursos. O que determinará sua marcação será a presença de elementos linguísticos, como por exemplo: as aspas, palavras em itálico, discursos diretos / indiretos, negação. Já na heterogeneidade não marcada, essa presença do outro é demarcada de forma implícita através da ironia e da paródia, por exemplo.

Nesse vai e vem de vozes/textos que formam enunciados discursivos é que percebemos a existência da paráfrase e da paródia. A primeira repetindo o que um outro já disse, buscando revalidar os discursos oficiais e a segunda sendo responsável pelo deslocamento das coisas do seu lugar certo, que por sua vez acarreta o riso.

De acordo com a tese defendida por Bergson (2001) o riso é provocado por alguns fatores, sendo eles: a comicidade só existe naquilo que é propriamente humano, só há comicidade onde há insensibilidade, “a comicidade se dirige à inteligência pura” (BERGSON, 2001, p.3) e, por fim, a comicidade ocorre em um grupo.

Certamente são pontos coerentes se pensarmos que a transfiguração do sério/oficial que nos leva a rir ocorre através de um sujeito social, de acordo com Bergson (2001). Só rimos do que propriamente é humano. Vejamos o que diz esse autor a respeito da comicidade, no que concerne ao aspecto humano:

Não há comicidade fora daquilo que é propriamente humano. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia; nunca será risível. Rimos de um animal, mas por termos surpreendido nele uma atitude humana ou uma expressão humana. Rimos de um chapéu, mas então não estamos gracejando com o pedaço de feltro ou de palha, mas com a forma que os homens lhe deram. Vários definiram o homem como ‘um animal que sabe rir’. Poderiam também tê-lo definido como um animal que faz rir. (BERGSON, 2001, p.3).

O cômico é consequência humana, cabe ao homem, enquanto sujeito social, através de atitudes e procedimentos não esperados, da forma que ele transfere a alguns objetos, do uso que faz da linguagem, nos fazer rir. O riso é provocado quando determinadas ações fogem das normas sociais vigentes.

Entendemos o sujeito social que constitui o epitáfio fabuloso como “um animal que faz rir” quando se apropria de outros discursos e recria um novo gênero, que denomina de epitáfios engraçados, e nós adotamos como epitáfios fabulosos, por isso que não podemos pensar a comicidade fora daquilo que é propriamente humano. “O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social” (BERGSON, 2001, p.6).

Ao dizer que a comicidade se dirige à inteligência não pura, acreditamos que Bergson (2001) não quis apelar para o lado oposto ao da inteligência, ou seja, a falta de inteligência. A

inteligência pura refere-se à não presença de sentimento. Onde existir sentimento não haverá espaço para o riso. Nossa sensibilidade não nos permite rirmos de alguma situação ou de algo. A sentimentalidade não provoca o riso, prova disso é quando pensamos no epitáfio em sua forma oficial, este é marcado por um acontecimento emotivo que não nos desperta o riso. Para Bergson(2001, p.5), “o riso não tem maior inimigo que a emoção”. Todos os sujeitos que fazem parte desse acontecimento, a morte, acabam sendo contagiados pela emoção, proporcionada pela perda de alguém querido, impedindo a presença do riso. Com relação a esse pensamento de que o riso não acontece quando há o sentimento de piedade, Bergson (2001, p.12) constata que: “isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade, ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa afeição, ou emudecer essa piedade”. Podemos até rir de alguém que sentimos compaixão, mas para que isso aconteça é preciso se desvincular por alguns instantes dessa compaixão para dar lugar ao riso. O riso e a emoção não ocupam mesmo lugar, são forças que se afastam. Bons sentimentos repelem o humor. Se lemos uma piada e deixamos nossos sentimentos bons sobreporem-se ao dito e não dito da piada, esta perde seu lado humorístico e esconde o riso que despertava.

Defendemos que o riso depende do leitor e de sua memória discursiva para aflorar. Não conhecendo o gênero epitáfio e o seu lugar social, sua representação para os cristãos, a identidade humorística dos *epitáfios às avessas* se perde, não é compreendida.

Por fim, entendemos que algo só nos motivará o riso quando dele fazemos parte, quando ele faz parte de nossa cultura, assim, meu riso será o riso de outros sujeitos que possuem formações ideológicas iguais a mim. Comprovamos este último ponto através da seguinte citação: “Um homem, a quem perguntaram por que não chorava num sermão em que todos derramavam muitas lágrimas, respondeu: ‘Não sou desta paróquia’”. (BERGSON, 2001, p.5). Algo não é cômico em sua forma isolada, mas em sua forma coletiva. Destacamos no último ponto que o cômico existe em grupo, algo que é engraçado não o é só para um sujeito, mas para uma coletividade com vivência sociais e culturais iguais.

A tese de Bergson (2001) nos leva a pensar o epitáfio e o *epitáfio fabuloso*. O primeiro não deixa espaço para o riso por ser dotado de sensibilidade, já o segundo em alguns casos provoca o riso, uma vez que brinca com a emoção dos primeiros, quebra o tom fúnebre, silencioso, doloroso.

É o sujeito através de seus comportamentos, através do que (re)cria, do que acredita, do que adota como verdade, enfim, de seu lugar na sociedade, que nos leva ao riso, que cria efeitos cômicos em determinados discursos que saem da normalidade. Por acontecer apenas com os

sujeitos e através dos sujeitos, o riso também se estabiliza na sociedade. Como Bergson (2001, p.33) disse, em relação à sociedade: “Vivendo nela, vivendo por ela, não podemos abster-nos de tratá-la como um ser vivo. Risível será, portanto, uma imagem que nos surgira idéia de uma sociedade fantasiada e, por assim dizer, de uma mascarada social”. Uma sociedade revestida com uma máscara e, por sua vez que mascara todos os seus sujeitos, que os recobre, que lhes dá uma nova forma, diferente da que lhe é própria, enfim, que reconstrói e reconfiguram-se as identidades, colocando-as ao avesso, é uma sociedade risível.

O nosso próximo capítulo marca, através dos discursos epitáfios, como se apresenta o sério e o cômico. Apresenta o epitáfio oficial sobre a forma mascarada.

CAPITULO III

O EPITÁFIO E O *EPITÁFIO FABULOSO*: IDENTIDADES QUE TRANSITAM ENTRE A MORAL E A DENÚNCIA

Pode-se verificar, numa abordagem histórica, que, implícita ou explicitamente tem vigorado a tendência de se privilegiar o sério e de se desvalorizar o riso, este considerado como impossível de constituir uma forma universal de concepção do mundo, ou seja, como um domínio restrito que pode referir-se apenas a fenômenos parciais e de caráter negativo, inadequado para expressar o que é essencial ou importante.

Camboim, “Língua Hilare Lingua”, 1999.

Já sabemos que a linguagem, assim como os sujeitos, são heterogêneos, não são fixos, constituem e são constituídos em uma rede móvel de sentidos. Dessa forma, ao dialogar com outros dizeres, a linguagem, sobre a forma de gêneros discursivos, permite tanto a instauração do sério quanto possibilita comunicar algo sobre a forma risível.

Os efeitos de sentido risíveis, em especial o humor, tendem a acontecer quando os gêneros saem do seu lugar normal e passam a circular em outros espaços, com outras enunciações contrárias ao já instituído. O riso surge como forma de impedir a fixação do sério de uma forma acabada, de “verdades” aparentemente intransponíveis, ratificando a ideia de repetibilidade e descontinuidades discursivas.

Estimular o riso não significará necessariamente negar o lugar do sério. Por trás do estímulo dado ao riso, escondem-se denúncias sociais e a constituição de estereótipos em nossa cultura, assim temos não apenas um discurso cômico, mas um cômico-sério. Há uma tendência em se valorizar o sério em detrimento do riso, atribuindo a este negatividade, como consta na epígrafe de abertura de capítulo. Mas, “Em sua essência, o riso não produz a morte, o suicídio, a guerra, e toda uma série de desmandos verdadeiramente anticristãos que o sério costuma provocar” (CAMBOIM, 1999, p.37).

No presente capítulo vemos como se estabelece o sério e o cômico, já que são dois aspectos da realidade, no gênero epitáfio, e na sua transfiguração, no epitáfio fabuloso, não

desvalorizando um em relação ao outro, mas ressaltando a importância de cada um dentro dos objetivos a que se propõem, um no lugar da moralidade e o outro no lugar da denúncia.

Por trás dessa questão em que o sério eleva-se em relação ao seu contrário, ao risível, temos por preocupação analisar o gênero discursivo epitáfio, tanto em sua forma oficial (séria) quando em sua forma sério-cômica, materializam discursos contrários, através de uma memória discursiva, que nos leva a identificar vontades de verdade e a presença de relações de poder. A seguir apresentamos como estas vontades e relações são discursivadas.

3.1 VONTADES DE VERDADE PRESENTES NO EPITÁFIO: RELAÇÕES DE PODER, SUBJETIVAÇÃO E CUIDADO DE SI

Ao observarmos o gênero epitáfio, notamos que os sujeitos envolvidos em seu discurso entram em um jogo de verdade que nos leva a compreender quais vontades de verdade permeiam seus dizeres, bem como nos faz entender a circulação desse gênero em nossa sociedade, com suas intenções. O sentido da palavra “jogo” de acordo com Foucault (2004 d) relaciona-se a regras que remetem à produção da verdade “é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimentos.”(FOUCAULT, 2004d, p.282). Podemos considerar o epitáfio como sendo um “jogo de verdade” por entrar em questão, no seu dizer, como suas verdades são ditas e quem a diz, a partir de uma relação de poder. Os jogos de verdade circulam na sociedade por meio das relações de poder, sendo estas encarregadas de conduzir os comportamentos dos outros.

Todo o discurso traz uma vontade de verdade, de acordo com Foucault (1979). “Por ‘verdade’, entendemos ser um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979a, p.14).

Nas formações sociais, a proliferação dos discursos não se dá aleatoriamente, os discursos são controlados de acordo com Foucault (2009). Em toda a sociedade há mecanismos que controlam tanto a produção quanto à circulação dos discursos. Os mecanismos de controle do discurso, destacados por esse teórico, são divididos em três grupos: os internos, os procedimentos de rarefação dos sujeitos e mecanismos externos.

No primeiro grupo estão incluídos, o comentário (depende do texto primeiro, assim como, o texto primeiro também depende do comentário, tendo em vista que este limita aquele através da repetição), a autoria (assume-se como responsável pela coerência do texto), esta é denominada por Foucault (2009) como *função autor*, e, por fim há a disciplina (responsável

pela produção do discurso, na medida em que determina alguns requisitos para que o discurso possa ser filiado a ela).

O segundo grupo, os procedimentos de rarefação dos sujeitos que falam, nesse estão incluídos o ritual (responsável pela definição dos papéis dos sujeitos), as sociedades de discurso (tem um espaço restrito nos quais são produzidos discursos para circularem entre poucos sujeitos), a doutrina (sujeição dos sujeitos a alguns discursos) e as apropriações sociais dos discursos (refere-se à apropriação de saberes por alguns sujeitos, ficando estes autorizados a formular alguns discursos).

Por último, os mecanismos externos, que englobam a interdição (existem assuntos que são proibidos de circular em determinadas circunstâncias, bem como há sujeitos que também são proibidos de dizer algo), a exclusão (na sociedade existem discursos que tendem a ser rejeitados) e a vontade de verdade (discursos que se consideram verdadeiros, que são valorizados).

Esses mecanismos controlam o discurso como forma de regular suas produções, organizando-as, redistribuindo-as. São mecanismos que procuram manter os discursos, seguindo uma ordem requerida na sociedade.

Detemo-nos na vontade de verdade que se enquadra, como vimos, nesses mecanismos de acordo com Foucault (2009), concebidos através de práticas institucionais, dependendo da forma como o saber é reconhecido e valorizado em uma sociedade.

Foucault (2009), a partir de Nietzsche, fala em vontade de verdade e não em verdade por se tratar de uma verdade almejada, a qual pode ser questionada, não é uma verdade absoluta. Há uma vontade pela qual o discurso fabricado, por sujeitos de saber, em um dado momento e lugar, seja evidenciado como verdadeiro, por isso, o termo ser colocado como uma vontade e não apenas como verdade. Essa vontade de verdade acaba sendo uma forma de regularizar a vida dos sujeitos. Para Foucault (2009, p.17):

A vontade de verdade, [...], apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, [...], como sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mas profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

A vontade de verdade é um mecanismo de controle de discurso estabelecido através de práticas institucionais, bem como é conduzida através da valorização de um saber na sociedade.

O epitáfio coloca vontades de verdade em seus dizeres, devido ao saber e à valorização que a religião assume em nossa sociedade, impondo a palavra de Deus como um discurso

verídico. A verdade da inscrição tumular associa-se a valores voltados para o cristianismo. Com relação ao cristianismo, Orlandi (1987, p.09), afirma que:

A urgência em refletir sobre o cristianismo pode ser vista, por exemplo, no fato de que mesmo nas formas mais agudas de crítica aos poderes instituídos, e nas ditas formas de resistência, se reencontram os valores e o discurso cristão: o ascetismo, a superação, a ênfase no sofrimento, os sacrifícios, a humanidade, a salvação etc.

Para se constituir e ser aceito na sociedade, o texto do epitáfio delimitou-se através de um contexto, e de um outro discurso a ele ligado, responsável por lhe atribuir veracidade, o discurso religioso. Este discurso, fortemente presente em nossa cultura, coloca a palavra de Deus como espelho, como fonte a ser aderida. O sujeito religioso cristão mostra-se submisso a essa palavra que está presente em diversos aspectos da nossa vida. Orlandi (1987) menciona a importância da religião, em especial o cristianismo, ao dizer que:

São muitas as funções que se atribuem à religião. Sob uma ou outra forma e função, ela é onnipresente em nossa cultura. Esse atravessamento da religião – eu ousaria dizer sob a forma paradigmática do cristianismo – atua em todas as nossas formas culturais. Não é por acaso que a primeira obra impressa foi a Bíblia. Nem se deve estar indiferente ao fato de que nossa educação, ou seja, a ação pedagógica em nossa cultura está ligada, desde suas origens, à esfera do religioso. (ORLANDI, 1987, p.9).

As normas que regem o discurso trazido no epitáfio são as mesmas concernentes no discurso religioso cristão. O que está no topo do poder é o discurso cristão. As vontades de verdade no epitáfio estão centradas no sujeito Deus, assim, com base em Orlandi (1987, p.8): “do ponto de vista da Análise de Discurso, pode-se dizer que Deus é o lugar da *onipotência do silêncio*. E o homem precisa desse lugar para colocar (instituir) uma sua fala específica”. Deus assume na sociedade cristã o lugar de todo poderoso, detentor das verdades, responsável pelos acontecimentos, sujeito ao qual todos os cristãos seguem e acreditam fielmente em sua perfeição, na força de suas palavras. Até mesmo o chamado de morte é colocado como sendo consequência da vontade divina, como percebemos no epitáfio que segue:



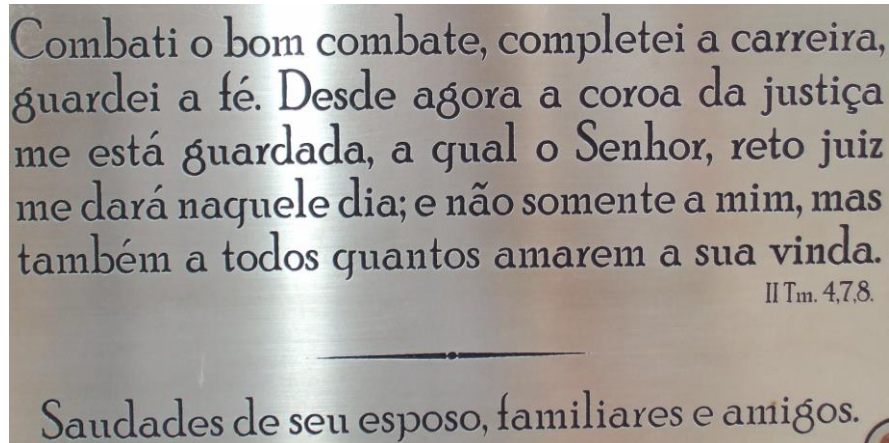
☆ 22-11-1961

✝ 26-05-1986

Meu amor, fostes muito cedo
 Mas deixastes melhores e maiores
 Exemplos de esposa e mãe.
 Não é possível, não é possível, mas
 Prematuramente **foste ao chamado do senhor**
 Querida, eternas saudades de
 Teu esposo, filhos, pais, irmãos,
 Sogra, cunhados, parentes e amigos.

EO₂

Os fios do enunciado epitáfico denunciam uma certeza pela salvação do sujeito ausente, há uma vontade de verdade sobre ser certo, inquestionável a salvação do sujeito; certeza esta por parte dos familiares que elevam a posição do sujeito ausente como aquele que tem plena convicção sobre sua salvação, sendo através dessa certeza materializado, a identidade de um sujeito fiel e seguidor dos preceitos religiosos, e que o *Senhor* (Deus), nome de onipotência e verdade em nossa sociedade, sabe de sua fé e lhe salvará do inferno, lugar tido como martírio em nossa sociedade, e para onde são destinados apenas sujeitos infiéis, pecadores. Sujeitos que não aceitam o “Deus” como lugar da salvação. É o que percebemos no epitáfio que segue:



Combati o bom combate, completei a carreira,
guardei a fé. Desde agora a coroa da justiça
me está guardada, a qual o senhor, reto juiz
me dará naquele dia; e não somente a mim, mas
também a todos quantos amarem a sua vinda.

II Tm.4,7,8

Saudades de seu esposo, familiares e amigos.

EO₃

No enunciado constitutivo desse Epitáfio, há marcas verbais próprias do modo verbal indicativo, mas precisamente do pretérito perfeito: combati/completei/guardei; do Presente: está; e do Futuro: dará; marcas que sinalizam (seja no presente, passado ou futuro) ser o enunciado tomado pelo “falante” como certo, real, impossibilitando a existência de DÚVIDA a respeito da posição/lugar do sujeito ausente.

O epitáfio, em questão, constitui para o ausente e para o sujeito autor uma identidade cristã, “a coroa da justiça **me** está guardada, a qual o senhor, reto juiz me dará naquele dia”.

Nesse epitáfio, o enunciado escolhido (pelos familiares) está escrito na primeira pessoa do singular, situando o morto como sujeito enunciator que expõe a certeza de ter feito, em vida, o caminho correto, e de ter a certeza da salvação.

Pelo enunciado em questão, citação bíblica, *II Tm 4,7,8*, marcamos esse lugar religioso, celestial, que se faz presente nos epitáfios. Lugar de poder que se sobressai, normaliza-se em relação a um lugar indesejável, o satânico.

Em nosso trabalho, a produção discursiva é construída discursivamente, é concebida através dos discursos presentes na sociedade e, por sua vez, é fabricada pelas relações de poder que atravessam estes discursos, os quais são consequências das construções sócio culturais.

Já perguntava Foucault (1979b, p.179) “Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” Como resposta, baseando-se no gênero em estudo, temos o poder do discurso religioso que permite ao epitáfio acentuar vontades de verdade cristãs. E, por meio dessa pergunta, podemos fazer uma outra: Quais as vontades de verdade produzidas pelo discurso religioso, discurso de poder, no gênero epitáfio?Essa resposta será mencionada mais abaixo.

Uma das temáticas mais recorrentes nos estudos foucaultianos diz respeito ao poder. Ao se deparar com este “termo” o que nos vem logo à mente é a ideia de dominação em um sentido obscuro, violento, enfim, negativo, mas não é apenas com esse sentido que Foucault polemizou seus estudos.

O poder, para esse filósofo, é firmado enquanto uma forma de organização. É um mecanismo de controle dos discursos, uma forma de disciplinar os sujeitos, seus comportamentos e atitudes mantendo uma ordem desejável, tida como “verdadeira”. Nesta perspectiva, o poder não deve ser colocado sobre uma forma jurídica. Caso o mesmo se estabelecesse de maneira repressiva não seria obedecido “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. (FOUCAULT, 1979, p.8). Daí seu lado positivo e construtivo, o qual se faz presente na sociedade na forma de relação. Nesse contexto o teórico Foucault (2010) se pergunta o que são relações de poder e acaba respondendo para si mesmo, como visualizamos na citação que segue:

‘O que são relações de poder?’ O poder são, essencialmente, relações, que dizer, o que faz com que os indivíduos, os seres humanos estejam em relação uns com os outros, não simplesmente sob a forma da comunicação de um sentido, não simplesmente sob a forma do desejo, mas igualmente sob uma certa forma que lhes permite agir uns sobre os outros e, se você quiser, dando um sentido muito amplo a esta palavra, ‘governar’ uns aos outros. Os pais governam as crianças, a amante governa o amante, o professor etc. Governamo-nos uns aos outros em uma conversação, através de toda uma série de táticas. (FOUCAULT, 2010, p.375).

Vimos essas relações de poder nos mais variados ambientes: escola, empresas, entre outras repartições que usufruem do poder para manterem-se organizadas, disciplinadas. Para isso fazem uso de alguns instrumentos, com isso, os epitáfios acabam sendo uma forma de poder, através dos discursos que utilizam, os quais influenciam nos pensamentos dos sujeitos e, por sua vez, pode levá-los a determinadas condutas, ou a observarem certos sujeitos da sociedade de forma diferente, como é o caso dos epitáfios fabulosos, os quais (re)afirmam a posição de alguns sujeitos na sociedade.

Contudo, é preciso salientar que as relações de poder só se exercem onde há liberdade ou *sujeitos livres*, “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. (FOUCAULT, 1995, p.244). Os sujeitos são livres para resistirem aos poderes que lhe são impostos, aos códigos de conduta determinados por dadas instituições. O poder é exercido sobre sujeitos livres, o que concluímos dessa maneira é que não existem relações de poder sem resistência.

O poder para Foucault (*idem*, p.242) caracteriza-se por ser “um modo de ação de alguns sobre outros”. Na sociedade, há uma multiplicidade de ações de uns sobre outros, que nós identificamos através de como os discursos circulam e funcionam. É possível dizer que os epitáfios são uma forma de ação sobre as ações dos sujeitos religiosos cristãos, por induzir o disciplinamento desses últimos. E, ao mesmo tempo, contribuindo para a existência do processo de normalização. De acordo com Silva (2000, p.83):

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais outras identidades [a diferente – *grifo nosso*] só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é ‘natural’ , desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade.

Dessa forma o poder é colocado enquanto um “guarda supervisor”, que controla e diz como dever agir o sujeito cristão, sendo então um meio de imposição para que estes sujeitos mantenham uma ordem e sigam os preceitos religiosos. O poder se coloca enquanto tática organizacional, a qual estará sempre passível de sofrer resistência, não sendo sempre aceito, mas existindo sempre sobre a forma de relação.

Há procedimentos dirigidos aos sujeitos como forma de fixar suas condutas, constituindo identidades, mantendo-as ou transformando-as. Os epitáfios acabam se estabelecendo como técnicas de poder ao determinar a conduta dos sujeitos sociais, porém como já dissemos, essas técnicas são exercidas sobre sujeitos livres. Os sujeitos, enquanto sujeitos livres, podem refletir sobre as práticas cristãs que lhe são impostas, regulando suas condutas, sendo donos de seus atos, auto-constituindo-se.

Por meio da relação de poder e da normalização vigora a presença de sentimentos e desejos, os quais revelam vontades de verdade acerca do sujeito. Essa identidade normalizada é a predominante no epitáfio oficial, com valores únicos e desejáveis, diferente do epitáfio “às avessas”.

Não só o poder, mas o desejo está fortemente marcado no epitáfio, “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 2009, p.10). Desejo este que coloca o morto como sujeito infinito.

A linguagem manifestada no epitáfio permite a esse gênero revelar o desejo por uma vida eterna. Vejamos mais um epitáfio para exemplificar esse lugar que remete a uma não-morte:

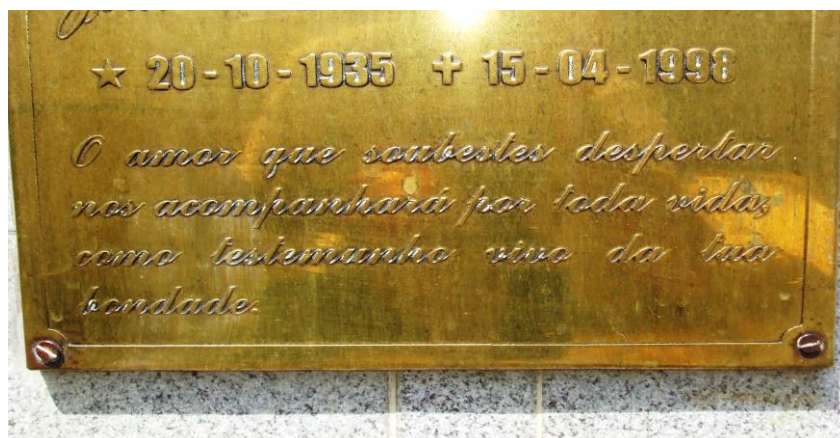


“É morrendo que se vive para a vida eterna”

EO₄

Algumas frases destacadas nos túmulos são retiradas de outro lugar, são frases proferidas por outros autores, filósofos, padres, por exemplo, e que estão na memória discursiva de quem as diz. Isso demarca a presença de uma memória discursiva nos epitáfios, comprovada no enunciado acima, já proferido em dado lugar, em um momento de oração, por São Francisco de Assis, e que foi colocado nesse novo lugar, os túmulos, resignificando-se. É uma afirmação de que a morte não está associada a um fim, mas a uma nova vida. A colocação desse dizer nesse novo lugar foi possível devido à memória discursiva do sujeito. Destacamos memória discursiva como “o saber discursivo” que retoma dizeres anteriores, vindos de outros lugares, logo, interdiscurso na visão de Orlandi (2007b). Essa memória está ligada à produção do discurso. Aqui, há um enunciado que se resignifica porque procura abrandar as consequências funestas provocadas pela morte. Ao tentar convencer o leitor e/ ou aos que choram seus mortos de que a morte é uma passagem para uma outra vida “eterna”, o texto do discurso epitáfico adquire um lugar sócio-histórico- cultural por trazer uma memória e uma história interdiscursivamente, deslocando “verdades” e construindo outras.

Pensando nos dizeres do epitáfio, tudo que foi dito em um outro lugar a respeito de Deus, do céu, da eternidade, da morte, da posição do sujeito após a morte, da boa conduta² que o sujeito deve ter em vida, causa um efeito de sentido no texto desse gênero. Efeito que nos faz colocar o epitáfio tendo por função fazer viver/ressurgir o ser ausente e mais que fazer ressurgir, eternizá-lo, não enquanto matéria corporal, mas como sujeito bom. Vejamos o epitáfio:



O amor que soubestes despertar
nos **acompanhará** por toda vida,
como testemunho vivo da tua bondade.

EO₅

A forma como os mortos são tratados, a conduta que apresentaram em vida sendo espelho para os vivos, a crença na salvação da alma são conceitos que acabam sendo reafirmados nos enunciados do epitáfio. É devido a essa memória do dizer, que o sujeito do epitáfio formula o seu discurso. A memória do dizer traz um já-dito que nos leva a compreender o funcionamento do discurso, bem como a relação que mantém com os sujeitos e a ideologia de um dado grupo social, porque constrói uma imagem positiva do morto, colocando-o em um lugar social que o reconhece como um bom sujeito, aquele que deixou marcas positivas, portanto um sujeito correto, que soube amar, que soube ser bom. Esta imagem de sujeito bom, construída pelo epitáfio, apresenta não só o lugar social do morto, mas um modelo a ser seguido pelos vivos. Os discursos presentes nos epitáfio demarcam a existência de valores sociais, enraizados culturalmente, como: família, bom caráter, boa índole.

² Foucault (1995,p.243) diz que o termo “é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades”.

O morto em alguns epitáfios é chamado a uma outra vida junto a Deus, mas, por outro lado, assume um lugar de permanência entre os familiares e pessoas mais próximas. Vejamos esse lugar no seguinte epitáfio “*Estais em nossos corações por toda a eternidade*” (EO₆). O termo “eternidade” vem explicitar a não aceitação da finitude do morto. Há também um elo comunicativo, em que o verbo “estais” vem marcar esse outro, o morto, revelando uma vontade de verdade, um desejo da família por sua permanência entre eles, marcando também um momento presente e trazendo seu familiar com um caráter digno e elogiável.

Como uma das respostas que podem ser dadas às vontades de verdade, materializadas no epitáfio, destaca-se esse desejo pela não finitude do morto, por sua permanência entre os vivos. Há uma tentativa pela mudança de uma realidade imutável, a finitude gerada pela morte, a ida sem volta de um sujeito. O sujeito morto não tem um fim, mas uma nova vida, uma vida eterna resultante da opção de Deus, um discurso advindo da instituição igreja, como nos diz o seguinte epitáfio:



Eu um menino alegre e ao mesmo tempo triste. Fui estudante, gostava do meu tipo de trabalho, enfim me divertia bastante. Certo dia tão alegre sai de casa, para um divertimento casual, quando menos esperei, já, me encontrava em outra vida. Tantas lágrimas foram derramadas, pelos meus pais, irmãos amigos, etc. Sei que todos sentiram mais o que podia fazer? Pois isto **foi Deus que quis, ele achou que eu era tão puro, tão inocente, e que não deveria aprender as iniquidades e o egoísmo da vida**, que me levou tão cedo aos meus 19 anos, uma idade tão bonita, tão cheia de aventuras e descobrimentos bons e ruins e Deus optou para mim os melhores dos descobrimentos, o descobrimento da **vida eterna**, aqui sim eu sou mais feliz, pois tenho o gozo dos anjos e paz perpétua da vida ao som de

Essa nova vida, a “vida eterna”, é marcada de forma soberba, proporcionadora de felicidade, que o desejo pela graça divina é estendido a todos quando um dia morrerem: “desejo a todos para quando morrerem, nos encontrarmos na graça divina”. Novamente temos a demarcação da presença do discurso religioso, e de uma vontade de verdade que, além de remeter a não finitude do sujeito morto, reserva para esse um lugar feliz, junto a Deus e constrói a imagem de um bom sujeito.

O discurso religioso vem através do discurso bíblico, “o gozo dos anjos e paz perpétua da vida ao som de trombetas e ao cantar dos pássaros”, demonstrar que o sujeito encontrou o melhor descobrimento, o lugar de paz.

No presente epitáfio olhamos em especial para o lugar do sujeito jovem, “uma idade tão bonita, tão cheia de vida”. Há uma vontade de verdade em torno do sujeito jovem como puro, digno para não conhecer as coisas que nossa cultura diz não serem boas, divinas. Isso justifica outra vontade de verdade: a morte do sujeito jovem, sujeito inocente, ser escolha de Deus: “foi Deus que quis, ele achou que eu era tão puro, tão inocente, e que não deveria aprender as iniquidades e o egoísmo da vida”.

As marcas ideológicas³, inerentes ao discurso do epitáfio, permitem que sejam explanadas as visões da sociedade em relação a Deus e à morte, assim como tornam favoráveis a legitimação do poder do discurso religioso como responsável pela produção das vontades de verdade no epitáfio. Dessa forma, entendemos que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam” (FOUCAULT, 1979a, p.14). São os poderes ligados ao sistema religioso que permitem a produção da verdade no epitáfio. O que materializa o poder desse discurso em relação às fraquezas, inseguranças, sofrimentos dos sujeitos. Aqui se escondem verdades sobre as relações humanas e divinas tão constantes no discurso religioso.

Além da vontade de verdade, voltada a não finitude do sepultado, temos uma outra vontade de verdade no epitáfio, a de querer que o sujeito em posição inerte, no estágio final da vida humana, assuma-se como bom. Em nossa formação discursiva sabemos que um sujeito bom é aquele que segue as leis cristãs. Essa vontade de verdade é a mais apropriada ao questionamento acima formulado. Revela uma aceitação ao discurso religioso, o qual diz que o bom e o justo obterão a salvação. O sujeito é representado sempre e sem exceção por palavras

³ São as marcas que revelam a posição de um sujeito em um dado contexto sócio-histórico, baseando em Orlandi (2008).

valorativas, referendado como “sujeito moral”, detentor de atitudes admiráveis, o que gera sua ida para junto de Deus, para um outro plano, justificando a sua partida.

O enunciado do epitáfio, como já dissemos, é baseado em um discurso religioso já instituído, é uma reafirmação de dizeres retomados por uma memória, acerca de que, depois da morte, podemos ir para dois lugares, um posto e reverenciado o tempo todo, o céu e o outro não colocado no epitáfio, mas pressuposto que é o inferno. Nossa ida a um desses lugares depende das atitudes que tivermos na terra, se formos bons, iremos para o céu, lugar também apregoado em dizeres anteriores como o melhor, demarcando um discurso escatológico como vemos no seguinte epitáfio:



Pai, é chegada a hora, glorifica teu filho para que teu filho te glorifique a ti, como lhe deste poder sobre todos os homens, de dar vida eterna a quantos lhe entregaste. Esta é a vida eterna que te conheçam a ti, um só Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, que enviaste. Glorifiquei-te sobre a terra, terminei a obra que me deste para fazer. Agora, pois, glorifica-me junto de ti com aquela glória que tive em ti antes que o mundo existisse.

Oração que Jesus fez

EO 8

Na oração acima, devido o lugar em que se encontra, cemitério, nos faz classificá-la como sendo um epitáfio. Esta foi removida de um lugar para outro, resignificando-se, passando de oração a epitáfio. Aqui, há uma preocupação em dizer sobre a bondade do sujeito morto, que executou a obra deixada por Deus, e assim, merece a glória no céu. Percebemos essa bondade é demarcada, no seguinte enunciado: “Glorifiquei-te sobre a terra, terminei a obra que me deste para fazer”. A oração é destacada como sendo uma apropriação para o sujeito do discurso e do lugar divino.

Sabemos, por meio da leitura de Veyne e Brown (1979), que desde a antiguidade o homem reservava um lugar ao morto como forma de assegurar-lhe um conforto pós-morte. Dessa forma as mensagens sobre os túmulos vêm configurar ainda mais esse ato e reforçar a

posição de um lugar bom, dado ao ente que partiu, porque, como já foi dito em momentos anteriores, esse lugar bom garante a ele e a nós uma salvação, tranquilidade. Esse ato fúnebre firmou-se também para perpassar enunciados com sentidos imortais e como forma de instaurar uma comunicação, manter-se supostamente em contato com o sujeito morto, como se este estivesse presente.

A presença dessa vontade de verdade, o sujeito sempre bondoso, nos faz entender o porquê do epitáfio ser conceituado em alguns dicionários como elogios fúnebres. Não encontramos em hipótese alguma epitáfio oficial divulgando mensagens com tom pejorativo. Por mais que o sujeito defunto não tenha sido exemplo em vida, agido contrariamente às boas condutas impostas na sociedade, mesmo assim, após a morte, subjetiva-se enquanto sujeito bom, exemplar. São essas vontades de verdade que permitem ao discurso do epitáfio significar como elogios fúnebres.

Na segunda vontade de verdade que destacamos, pensamos no conceito de moral trazido por Foucault (2004b). A moral para o filósofo é pensada através de dois conceitos: “‘moral’ como um conjunto de valores e de regras de conduta que são propostas aos indivíduos e aos grupos por meio de diversos aparelhos prescritivos, como pode ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc.” (FOUCAULT, 2004b, p.211). O autor resume esse primeiro conceito como “código moral”, uma vez que são valores e regras morais estabelecidas por uma entidade constituída de um poder maior para serem seguidos pelos indivíduos ou um grupo, a exemplo da Igreja que direciona os fiéis a seguir as regras de conduta por ela impostas.

O segundo conceito de moral é conhecido pelo “comportamento real dos indivíduos em sua relação com as regras e valores que lhe são propostos” (FOUCAULT, 2004b, p.211), é a forma pela qual há uma subjetivação do indivíduo, em que o sujeito (des)obedece aos valores de sua cultura, por isso ser conhecido também por “moralidade dos comportamentos”. O primeiro conceito possibilita a existência do segundo, logo o segundo realiza-se por meio do primeiro, uma vez que a moral conceituada primeiramente é evocada pensando-se na relação com o outro, na obediência às leis, enquanto que o segundo é defendido pensando-se em um sujeito que faz parte de um grupo na sociedade, seguidor dos códigos morais estabelecidos nessa sociedade. É colocada como uma direção do indivíduo a um sistema prescritivo culturalmente determinado de sua sociedade, são formas de subjetivação, consciência de si a partir de um “código moral”. Na medida em que o indivíduo age conduzido pelos códigos morais, a exemplo, seguindo os códigos cristãos, torna-se sujeito moral, “a subjetivação se realiza, basicamente, de uma forma quase jurídica, na qual o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis, à qual ele deve se submeter, sob a pena de cometer faltas que o

expõem a um castigo.” (FOUCAULT, 2004b, p.215). O maior castigo atribuído ao sujeito morto, caso ele não seja um sujeito moral, é o lugar de finitude ou a ida ao inferno. Existem diferentes formas de o indivíduo se transformar em um sujeito moral a depender de suas ações e do código de conduta determinado. Aqui há a constituição do sujeito moral a partir do momento em que o sujeito vivo segue os códigos cristãos, sendo fiel aos preceitos do cristianismo, mesmo após a morte.

O sujeito morto é marcado pelo epitafista como seguidor dos preceitos morais colocados na sociedade. Importante saber que é a forma de sujeição dos vivos com as regras cristãs, sua fidelidade, que os obriga a efetivação no epitáfio de dizeres relacionados à conduta imposta pela hegemonia cristã, e ao mesmo tempo, há uma busca por parte do sujeito vivo em torno do reconhecimento de si mesmo como sujeito moral de sua conduta. Ao se falar em sujeito moral, não podemos esquecer da “teologia do sujeito moral”, na qual Foucault (2004b) vem dizer que um comportamento moral não acontece apenas em relação ao próprio sujeito que o segue, não é dependente unicamente deste, de suas ações, mas está vinculado ao lugar em que se insere,

Em suma, uma ação, para ser dita “moral”, não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, a uma lei ou a um valor. Na verdade, toda ação moral implica uma relação com o real em que ela se realiza, e uma relação com o código ao qual ela se refere; mas também implica uma certa relação consigo mesmo; esta não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele próprio que constitui esse objeto de prática moral, define a sua posição em relação ao preceito que ele acata, determina para si um certo modo de ser que valerá como cumprimento moral dele mesmo e, para realizar-se, age sobre ele mesmo, levando-o a se conhecer, a se controlar, a pôr-se à prova, a se aperfeiçoar e a se transformar.(FOUCAULT, 2004b, p.213-214).

Tendo em vista que no presente trabalho estamos colocando em destaque o discurso do epitáfio, através da relação sujeito e poder, interessa-nos em especial a segunda formulação, a de “moralidade dos comportamentos”, sendo através desta que entendemos a constituição do indivíduo morto como sujeito moral. Sujeito esse que é imposto no discurso do epitáfio para toda a sociedade como seguidor dos valores posicionados pela moral cristã. Assim, a maneira como o sujeito é submetido a esses valores, a essas relações de poder, permite que o discurso seja colocado como verdadeiro: “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade [...]; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” (FOUCAULT, 2009, p.35), sendo essa polícia o poder do qual nos valem para materializar o dizer, para ordenar o discurso. É através da segunda moral, acima mencionada, que existe uma técnica de

si, ou seja, uma nova identidade surge constituindo o indivíduo em sujeito. Com base em Foucault (2004b, p.198), as técnicas de si, também conhecidas por artes da existência,

Devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que correspondam a certos critérios de estilo.

Por meio do epitáfio, há uma subjetivação do indivíduo, em que é revelada uma busca pela salvação, sendo para isso materializada a segunda vontade de verdade: existência de um sujeito moral. Assim como também se caracteriza por não aceitar a morte como um fim, primeira vontade de verdade por nós mencionada, a não finitude do morto. Sendo esse o efeito de sentido pretendido pelo cristianismo: vencer a morte.

As vontades de verdade que constituem o discurso epitáfico, identificadas em nosso trabalho, são acentuadas devido às relações de poder. Quando falamos em poder estamos entendendo-o a partir de Foucault (2004b, p.276). Para ele:

Quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas –, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se pode encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas.

Para Foucault (1995), as relações de poder fazem parte das relações humanas e são práticas que nos levam a entender a constituição dos sujeitos que envolvem e são envolvidos por um discurso. Essas relações de poder procuram dirigir a conduta do outro, “acredito que não pode haver sociedade sem relações de poder, se elas forem entendidas como estratégias através das quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta do outro”. (FOUCAULT, 2004b, p.284). Para que haja relações de poder, a condição é que os sujeitos sejam livres:

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo ‘governo’ dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995, p.244).

No epitáfio, as relações de poder são estabelecidas pela submissão dos sujeitos cristãos⁴, sujeitos que são livres e podem optar por serem cristãos ou não, a uma autoridade maior, a Deus, representado por meio do discurso religioso⁵. O discurso presente no epitáfio obedece às restrições do discurso religioso. As palavras ditas nesse gênero fúnebre são produzidas e delimitadas por meio de um ritual seguidor da religião que questiona os sujeitos que falam e impedem outros dizeres. Esse ritual associado às relações de poder, mantidas com o discurso cristão, faz com que o discurso se coloque como verdadeiro,

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção [...] determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 2009, p.39).

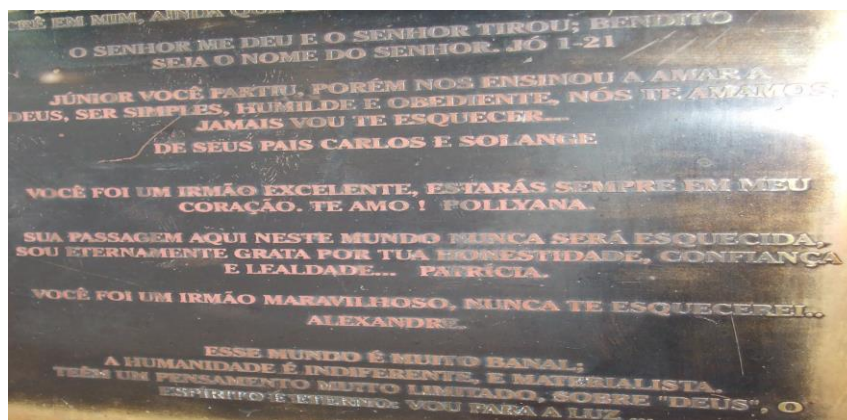
O discurso do epitáfio é regido por relações de poder provenientes do discurso religioso, sendo esse um dos fatores que estabelece a ordem discursiva epitáfica. Ordem essa que restringe os dizeres epitáficos: “Há uma política de silenciamento daquilo que oferece perigo, que transgride a norma. Nem tudo pode ser dito, e o que ameaça a ordem deve ser proibido”. (SILVA, 2004, p.169). São as vontades de verdades, ligadas a uma relação de poder, que consolida o discurso reinante no epitáfio oficial, controlando o que pode e não pode ser enunciado, ou seja, palavras de cunho religioso podem ser proferidas, já mensagens que desobedeçam aos valores cristãos, tal como o lançar mão do termo “inferno”, devem ser evitadas. As verdades são ditas por sujeitos livres que fazem parte da relação de poder.

Cogitando para esses conceitos conseguimos entender o funcionamento discursivo epitáfico. Há uma teia conduzida pelo entrelaçamento discurso-desejo-poder-conduta-verdade. Com efeito, o estudo do poder admite a assimilação das ações cometidas pelo sujeito e em torno do sujeito, possibilita analisar a relação poder e sujeito através de como o primeiro atinge o segundo e como o segundo comporta-se ao ligar-se ao poder, contribuindo em sua subjetivação que, segundo Foucault (2004c, p.262), é “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”.

⁴ O sujeito na ordem do discurso religioso é marcado como submisso, de acordo com Orlandi (1987)

⁵ Sempre que for mencionado discurso religioso aqui, remetê-lo ao cristianismo.

Há uma subjetivação na medida em que o sujeito morto é destacado como sujeito moral. O morto é colocado na posição de sujeito que em vida respeitou os princípios éticos cristãos, comprovando uma vontade pela verdade de um sujeito sempre bom, um sujeito moral:



O Senhor **me deu** e o Senhor **tirou**; Bendito
Seja o nome do Senhor. Jó 1-21
Júnior você partiu , porém nos **ensinou** a amar a
Deus, **ser simples, humilde e obediente**, nós te amamos.
Jamais vou te esquecer...
De seus pais Carlos e Solange

Você foi um irmão **excelente**, estarás sempre em meu
coração. Te amo !...Pollyana

Sua passagem aqui neste mundo **nunca será esquecida**,
sou eternamente grata por tua **honestidade, confiança**
e lealdade...

Você foi um irmão **maravilhoso**, nunca te esquecerei...
Alexandre

Esse mundo é muito banal;
A humanidade é indiferente, e materialista.
Têm um pensamento muito limitado, sobre “Deus”, o
Espírito é eterno: vou para a luz...

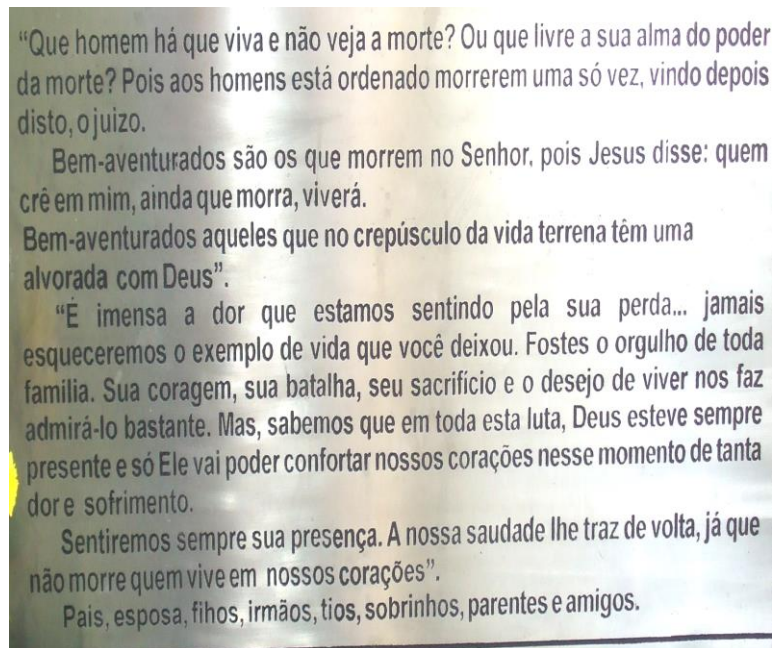
EO₉

A palavra “ensinou” demarca esse novo lugar do sujeito morto, que agora passa a ser dono de conhecimentos ligados a uma vivência divina em consonância com a simplicidade, a humildade, a obediência, a honestidade, a confiança, e a lealdade, virtudes destacadas no ausente. O sujeito morto fez parte da humanidade, logo também seria materialista, no entanto, o epitáfio não coloca esse dizer, apenas fala da humanidade como materialista e indiferente, como se o sujeito morto não tivesse feito parte da humanidade. O mundo é em sua maioria

posto como lugar ruim, e as relações humanas são marcadas pela indiferença, sendo permeadas pelo materialismo.

É materializado uma busca pela infinitude: “Jamais vou te esquecer” e pela eternidade “Sua passagem aqui neste mundo nunca será esquecida, sou eternamente grata”, em que ao prometer ao outro uma lembrança eterna, o eu também se eterniza “O Espírito é eterno:vou para luz”.

Sempre há um enaltecimento do sujeito após a morte, quando este é colocado na posição de sujeito exemplar, bom. Não vemos nas palavras do epitáfio dizeres que remetam a ideia de um sujeito como decepção da família, que não tenha causado orgulho, e não tenha se destacado na sociedade por sua coragem, sua batalha, seu sacrifício. Esses dizeres materializam um discurso de conformação, uma forma de alívio. O desejo de viver, atribuído ao morto, também é destaque nos dizeres epitáficos, tal como podemos observar abaixo,



“Que homem há que viva e não veja a morte? Ou que livre a sua alma do poder da morte? Pois aos homens está ordenado morrerem uma só vez, vindo depois disto, o juízo.

Bem-aventurados são os que morrem no Senhor, pois Jesus disse: quem crê em mim, ainda que morra, viverá.

Bem-aventurados aqueles que no crepúsculo da vida terrena têm uma alvorada com Deus”.

“É imensa a dor que estamos sentindo pela sua perda... jamais esqueceremos o exemplo de vida que você deixou. Fostes o orgulho de toda família. Sua coragem, sua batalha, seu sacrifício e o desejo de viver nos faz admirá-lo bastante. Mas, sabemos que em toda esta luta, Deus esteve sempre presente e só Ele vai poder confortar nossos corações nesse momento de tanta dor e sofrimento.

Sentiremos sempre sua presença. A nossa saudade lhe traz de volta, já que não morre quem vive em nossos corações”.

Pais, esposa, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, parentes e amigos.

Que homem há que viva e não veja a morte? Ou que livre a sua alma do poder da morte? Pois aos homens está ordenado morrerem uma só vez, vindo depois disto, o juízo.

Bem-aventurados são os que morrem no Senhor, pois Jesus disse: quem crê em mim, ainda que morra viverá.

Bem-aventurados aqueles que no crepúsculo da vida terrena têm uma Alvorada com Deus.

É imensa a dor que estamos sentindo pela sua perda ... jamais esqueceremos o exemplo de vida que você deixou.Fostes o orgulho de toda família.Sua coragem, sua batalha, seu sacrifício **e o desejo de viver nos faz admirá-lo bastante.**Mas, sabemos que em toda sua luta, Deus esteve sempre presente e só Ele vai poder confortar nossos corações nesse momento de tanta dor e sofrimento

Sentiremos sempre sua presença. A nossa saudade lhe traz de volta, já que não morre quem vive em nossos corações.

Dessa forma, compreendemos, no epitáfio, um poder do discurso religioso impondo a busca pela Salvação do sujeito, para isso inscrevendo-o como exemplar, pois todos os sujeitos, nesse lugar, são adjetivados como seres bons. Ao mesmo tempo prevalece no epitáfio um cuidado de si, na medida em que é seguido as prescrições religiosas cristãs no ato da produção epitáfica “no cristianismo buscar a salvação é também uma maneira de cuidar de si” (FOUCAULT, 2004d, p.268). Cuidar de si é ter conhecimento dos princípios de conduta que prescrevem a sociedade como sendo verdadeiros e lançar mão dessa conduta. Há, pois a necessidade de justificar a morte com a salvação depois dela pela conduta, pela moral. Segundo o autor:

Não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si – [...] –, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade. (FOUCAULT, 2004 d, p.269).

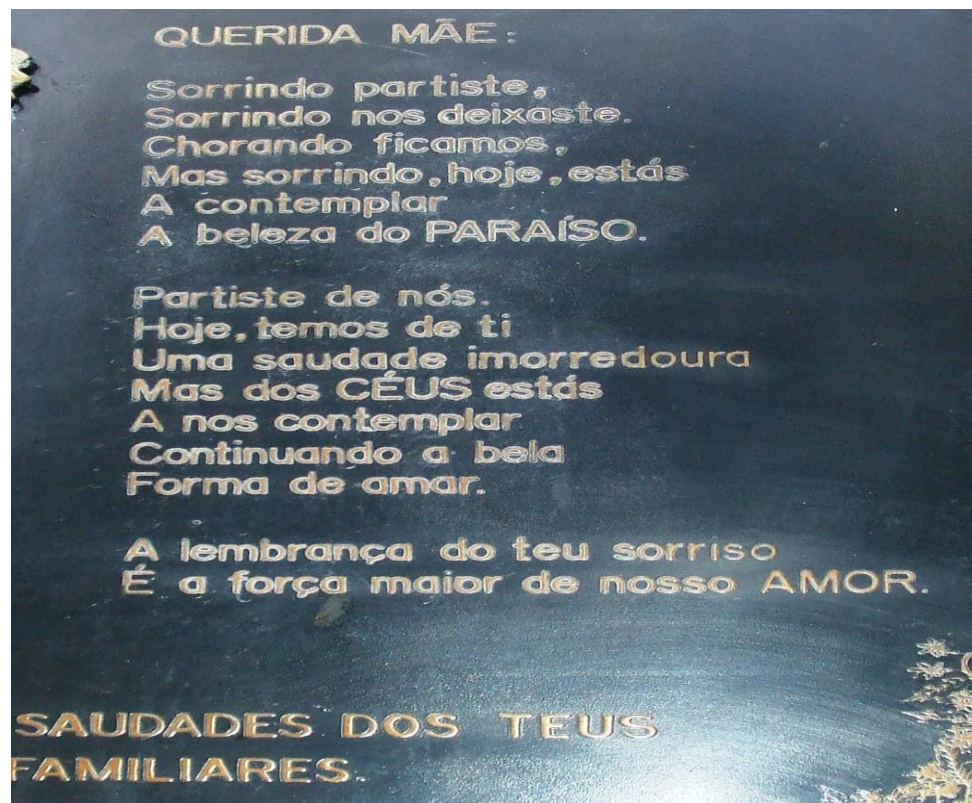
No ato de escrever sobre o morto, de subjetivá-lo, há também uma preocupação consigo mesmo por parte do epitafista, é uma forma de cuidar de si, de nossa conduta individual refletindo o medo da morte. A escrita do epitáfio pode ser considerada como sendo um trabalho de si sobre si mesmo, é uma ação que marca uma relação, uma preocupação consigo mesmo. O cuidado para consigo mesmo deve estar sempre em primeiro lugar na concepção foucaultiana, deixando o outro em segundo lugar, “não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (FOUCAULT, 2004d, p.271).

Toda a sociedade precisa de um código de comportamento, de um poder. No entanto, vale salientar que precisamos de um poder que direcione nossas atitudes, que possa existir no ambiente escolar, familiar e na própria igreja; é uma relação de poder, logo, não diz respeito a um poderio. O epitáfio reflete vontades de verdade em relação à salvação, após a morte, e ao cuidado de si. Dessa forma, vemos que os dizeres do epitáfio seguem as relações de poder mantidas no quadro cultural de nossa sociedade cristã ocidental. Há um efeito de repetição nos dizeres epitáficos, resgatados através do lugar de memória presente em nossa sociedade: a Bíblia; bem como através de comportamentos provenientes de nossa cultura, no que concerne ao cristianismo, à valorização que a religião assume em nossa sociedade, impondo a palavra de

Deus como um discurso verídico. Morreu, mas vai para um bom lugar por causa da sua conduta. Um consolo para os que ficam e uma justificativa para a morte, advinda do discurso religioso.

É devido a essa retomada de discursos outros, de textos ou enunciados já proferidos que temos a formulação do discurso presente com os seus respectivos sentidos.

Vejamos o exemplo:



QUERIDA MÃE

Sorrindo partiste,
Sorrindo nos deixaste.
Choramos ficamos,
Mas sorrindo, hoje, estás
A contemplar
A beleza do **PARAÍSO**.

Partiste de nós.
Hoje, temos de ti
Uma **saudade imorredoura**
Mas dos **CEÚS**, estás
A nos contemplar
Continuando a bela forma de amar
A lembrança do teu sorriso
É a força maior do nosso **AMOR**.

Sabemos, graças a uma memória discursiva, do discurso religioso, que, desde antigamente, buscava-se no último momento entregar a alma a Deus. Este colocado como divindade, “ser infinito, perfeito, criador do Universo” (FERREIRA, 2001, p.233). Redimir-se dos pecados também era uma postura adotada pelos homens, a fim de obter um lugar pós-morte tranquilo ao lado deste ser todo poderoso. Neste sentido, o epitáfio em questão reafirma esse posicionamento, o desejo de querer estar com Deus após a morte, fazendo uso de palavras já conhecidas por nós, dotadas de valores sentimentais, tais como “saudades” e “amor”. Nesta certeza de que o outro está no céu, “região para onde vão as almas dos justos” (FERREIRA, 2001, p.233), conforme nós cristãos aprendemos e cremos; na posição que a família assume em querer que este outro esteja no Paraíso, lugar colocado como bom, é que o discurso se estabelece, porque vem de um lugar institucionalizado a Igreja/ Bíblia.

A memória discursiva estabelece a materialidade do discurso do epitáfio, permitindo a reafirmação da posição de um lugar bom ao morto e a negação de um outro lugar ao dizer que “estás a contemplar a beleza do PARAÍSO”, nega que o sujeito morto esteja em um outro lugar oposto ao Paraíso, o inferno, que representa um lugar ruim, que foge à conduta moral. O lugar bom é enfatizado ainda mais através do destaque em caixa alta das palavras “PARAÍSO” e “CÉUS”, aqui postas como sinônimos.

É por meio dessa memória do dizer, a qual está na ordem do inconsciente, que o discurso do epitáfio é construído e sustentado, memória essa que nos permite retomar algo, e, assim formular os discursos que ali se instauram, “aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação.” (ORLANDI, 2007a, p.38). Essa memória permite a constituição do discurso do epitáfio, seu controle, destacando o que pode e não pode ser dito, e desse modo, propiciando sentidos no interior de seu intradiscurso. Portanto, entendemos que o epitáfio é constituído pelas verdades do discurso religioso, da moral e da boa conduta, com vontades de verdade que justificam a morte e a consolidação dos que ficam.

Os discursos que circularam e circulam na sociedade, tramados através de um contexto cultural, tanto podem ser repetidos quanto podem ser carnavalizados, saírem do lugar autorizado, trazendo novos dizeres que entram no lugar da denúncia, ao parodiar determinadas identidades. Assim como outros gêneros, o epitáfio também pode ser carnavalizado. É o que observaremos no próximo item.

3.2 DIZERES E DENÚNCIAS NA MÍDIA: O *EPITÁFIO FABULOSO*

Quando falamos de memória discursiva estamos refletindo na existência histórica do enunciado, na sua circulação em práticas discursivas, e na sua modificação, alterando e desviando os discursos que os constitui, a depender de outras formações ideológicas. Ou seja, refletimos na transformação dos sentidos, no “descongelamento” de sentidos solidificados. Pensamos na desestabilização dos processos de regularização, capaz de produzir alterações em discursos cristalizados e favorecer a formulação de novos gêneros discursivos, na medida em que junto a outros enunciados surgem outras finalidades na esfera da comunicação humana. Toda produção discursiva remete a formulações anteriores, seja como forma de repetição, seja como forma de denegação.

As redes de memória vão se atualizando, formulando outros discursos a partir de uma atualidade, ressignificando os sentidos e gêneros existentes e fazendo-os circular em outros lugares. Desse processo de transformação, de denegação, surgem os *epitáfios fabulosos*, transitando por outros domínios contrários aos do epitáfio oficial. São epitáfios que não se colocam no mesmo espaço do dizer dos epitáfios oficiais, seus discursos não se propõem ao caráter moralizante, não se preocupam em divulgar vontades de verdade iguais a que vimos nos epitáfios oficiais: a presença de um sujeito bom, infinito, um sujeito moral. Identidade atribuída, geralmente, aos mortos. Como foi possível verificar nas análises anteriores.

O epitáfio oficial revela um discurso marcado fiel e fortemente pelo discurso religioso. Os dizeres do epitáfio seguem as relações de poder mantidas no quadro cultural de nossa sociedade cristã ocidental, a palavra de Deus assume o lugar da verdade. Nos epitáfios divulgados na mídia, na internet, não há uma preocupação em seguir essa palavra de poder e verdade, logo, não há dizeres refletindo uma preocupação com a vida eterna do sujeito morto ou com a bondade desse mesmo sujeito em vida. Há liberdade de expressão da mídia, na qual a linguagem verbalizada com termos impróprios, ou melhor, interditados para um dado gênero em sua forma oficial, é perpassada por discursos profanos.

É a mídia, enquanto lugar de poder e possuindo liberdade de expressão, que faz circular os *epitáfios fabulosos*, que torna permissível seus dizeres, o uso da linguagem, seus discursos, que seriam interditados em outros lugares. Discursos que transitam no campo do preconceito, da denúncia e da criação de estereótipos, sendo formados por uma linguagem tanto verbal

quanto pela não verbalizada, a imagética. As imagens também fazem parte de alguns desses discursos como forma de reforçar as vontades de verdade ali situadas.

O poder que emana da mídia e divulga os *epitáfios fabulosos* vem quebrar a ordem estabelecida nos epitáfios oficiais. Fogem à normalização identitária presente nos epitáfios oficiais, quando lhe atribui características opostas, negando o lugar sublime reinante nestes epitáfios. A mídia acaba brincando com alguns discursos, permitindo a construção de novos gêneros discursivos e por sua vez uma (re)constituição identitária dos sujeitos.

A forma como somos interpelados em sujeitos em determinado lugar ou posição social acaba revelando uma dada identidade, sendo os discursos que perpassam a linguagem que nos permitirão dizer a identidade apresentada. A questão da identidade incita um estudo discursivo no qual leva em consideração o lugar de um sujeito e as relações de poder que interferem nesse processo. Podemos então pensar aqui em uma identidade que acontece por meio de discursos. Nesse sentido, os discursos trazidos nos *epitáfios fabulosos* nos revelam uma identidade relacionada ao pensamento da pós-modernidade, no qual são promulgados dizeres que denunciam temáticas sociais como a sexualidade, a política, a religião, entre outros. A identidade é marcada por uma complexidade de fatores, envolvendo sujeitos, história e cultura, ou seja, fatores dinâmicos, que sofrem transformações. Por isso “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006, p.13). É isto que nos autoriza dizer que a identidade pode ser observada através dos discursos, com seus efeitos de sentido que se pretendem muitas vezes verdadeiros em relação a outro(s) discurso(s).

As identidades são decorrências de um processo estabelecido por meio de discursos, de práticas discursivas, não são dadas, prontas, fixas. Se dá no e pelo discurso, e como o discurso é uma prática, logo, torna-se interessante observar como essa prática interfere no modo como os sujeitos são identificados.

Para isso é preciso atentar também para outros aspectos relacionados à constituição da identidade, a saber, o processo de diferenciação. O processo de diferenciação, trabalhado por Silva (2000) é o “processo pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”. (p.81). De acordo com este autor a identidade não é independente, mantém uma relação de dependência com a diferença e esta por sua vez também é marcada pela dependência em relação àquela, “identidade e diferença são, pois inseparáveis”. (*idem*, p.75)

Neste pensamento o que podemos entender então é que a construção identitária de um sujeito é formada em relação a outras identidades, identidades que lhe são díspares. De acordo com Silva (2000, p.75):

A afirmação ‘sou brasileiro’, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’ [...] e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável.

Acreditamos que os discursos trazidos nos epitáfios midiáticos desvelam uma identidade marcada em relação à outra identidade contrária. Divulgar um epitáfio de um sujeito rico só é possível porque existem sujeito pobres, de um homossexual por que existe heterossexual e assim por diante caracterizando essa cadeia interminável na qual identidade e diferença se completam. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p.81). Dessa forma, o processo de diferenciação não ocorre de forma inocente é marcado pelo poder.

As relações de poder demarcam uma inclusão e exclusão do sujeito “dizer ‘o que somos’ significa dizer também ‘o que não somos’” (SILVA, 2000, p.82). Nesse dito e não dito ficam marcadas denúncias, *vontades de verdade*, em relação ao sujeito que está sendo colocado no epitáfio.

Os “novos” epitáfios são uma forma de olhar para o presente entrando em consonância com a pós-modernidade, obedecendo à ordem discursiva vigente na sociedade, pela qual os sujeitos a depender do lugar que ocupam e das formações ideológicas que possuem são constituídos por várias identidades. Só compreendemos a noção de identidade, seus sentidos, por meio dos sistemas simbólicos e da cultura na qual ela se encontra. Logo, na atualidade, os epitáfios *às avessas* vêm desestabilizar a identidade dos epitáfios oficiais. De acordo com Navarro (2008, p.66):

A desestabilização das identidades e o estado líquido dos discursos podem indicar a nossa relação com a ‘atualidade’, [...], o outro lado virtual do presente ou o devir-outro do presente. A atualidade é o que está para acontecer e, ao mesmo tempo, é aquilo que no presente está em vias de se romper; refere-se a nossa relação atual com a loucura, as punições, o poder e sexualidade, ou ainda a nossa relação atual com a identidade e a subjetividade.

Os dizeres presentes no epitáfio “às avessas” quebram as vozes de estabilidade, os valores, os tabus religiosos que circulam nos dizeres do epitáfio oficial, mostrando discursos atuais, denunciando mudanças de materialidade.

A oficialidade, que se faz presente no epitáfio “real” acaba tendo um valor não oficial nos epitáfios às *avessas*, quando estes retratam discursos que não seriam aceitos na ordem discursiva epitáfica oficial.

Enquanto os epitáfios religiosos destacam a igualdade para os sujeitos, todos são bons e exemplares e todos vão para o céu, os outros epitáfios não mostram essa preocupação em igualar todos os sujeitos, mas sim em parodiar, depreciar dados sujeitos. As profissões e o lugar do sujeito da sociedade junto a *mecanismos de controle do discurso* determinam o(s) enunciado(s), com seu respectivo humor e denúncias, que circulará em tais epitáfios.

Com efeito, a linguagem materializada no epitáfio que circula na internet, mostra um “mundo ao revés” ⁶, marca uma instabilidade, um avesso, ao expor discursos que seriam proibidos circular se colocados sobre lápides, em cemitérios.

Exemplificando, temos o seguinte epitáfio:



Agora só a terra vai me **comer!**⁷

EF₁

Esse enunciado é dirigido a Clodovil, como forma de representar uma classe social, a dos sujeitos homossexuais. A imagem reforça de modo pejorativo o enunciado, que ao invés de expor o retrato do sujeito mencionado, tal como um epitáfio oficial se apresentaria, expõe a figura do órgão genital masculino, causando um efeito de sentido humorístico, polêmico, se pensar nessa mesma imagem cravada no túmulo. O não linguístico possibilita maior veracidade dos fatos quando vem atrelado ao verbal. Torna o acontecimento mais próximo e real dos

⁶ Expressão cunhada por Bakhtin (1993).

⁷ Epitáfio presente no site murdenizer. wordpress.com. Coletado às 10 h 15 min do dia 02 de maio de 2011.

interlocutores. Estabelece uma dada leitura para quem observa, retém o olhar e revela os sentidos construídos, “funciona como operador da memória social” (NAVARRO, 2003, p.118)

O enunciado “comer”, emprestado da área gastronômica, ressignifica-se adquirindo o sentido de cessar, porém, através da comunicação que se estabelece e sabendo-se que não há neutralidade na palavra, como também conhecendo as condições de produção pela qual é estabelecido a enunciação: enunciado dirigido a um sujeito homoafetivo; resgatamos outro sentido, que retira o sentido de apagamento e em seu lugar atribui um valor sexual, fortificado na imagem pela presença do falo ereto.

O verbo **comer** não está sendo colocado aqui com o seu sentido literal, ato de saciar a fome, mas revela outra acepção, uma forma metaforizada remetendo ao ato sexual de forma grosseira, vulgar. É um enunciado de carga semântica pejorativa para nosso contexto sócio-cultural. Coloca-se em um lugar imoral em nossa sociedade, lugar que seria evidentemente proibido circular caso se tratasse de um epitáfio oficial. Esse exemplo reafirma as possibilidades de alterações enunciativas, na qual os enunciados e o gênero podem vir a ser outros, já que a palavra sofre mudanças constantemente por circular em diversos e diferentes lugares sociais.

É possível destacar que a teoria de enunciação proposta por Bakhtin contempla situações dessa natureza, em que a palavra adquire diferentes representações de acordo com a situação comunicativa. Dessa forma, o sujeito significa a língua dependendo do evento enunciativo. “O centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto” (BAKHTIN, 1997, p.92). O verbo “comer” adquiriu outro significado no lugar em que foi colocado. Ao deslocar-se do contexto da Formação discursiva gastronômica, a palavra comer desliza sentidos para o novo acontecimento, o que faz a construção do novo dizer: um discurso humanístico, onde a interdição não passa por censuras e se faz denúncias sobre a forma cômica. O epitáfio passa a ser, assim, fabuloso, devido à ironia, denuncia e o preconceituoso: um epitáfio “às avessas.”

Desde a antiguidade, segundo Foucault (2004), o cristianismo interveio em questões relacionadas à sexualidade, em que o ato sexual estaria meramente condicionado a procriação e não ao prazer, o que ocasionou possivelmente um silêncio em torno de tal temática, uma repressão e interdição fundada por proibições morais em torno dessa arte erótica. Foucault (2004, p.61), diz que:

No Ocidente, não temos a arte erótica. Em outras palavras, não se ensina a fazer amor, a obter o prazer, a dar prazer aos outros, a maximizar, a intensificar seu próprio prazer pelo prazer do outro. Nada disso é ensinado no Ocidente, e não há discurso ou iniciação outra a essa arte erótica.

Essas são questões interditadas pelo discurso religioso⁸, discurso de poder, sobretudo quando são expostas de maneira tão grotesca, como vemos no epitáfio acima. Em nossa sociedade, falar sobre a sexualidade ou o ato sexual é expor o discurso a censura. “Um tema como a sexualidade e o poder evoca de imediato os problemas da censura e, a seguir, aqueles sobre a liberdade sexual, estreitamente relacionados entre si.” (FOUCAULT, 2004a, p.26). Neste sentido, podemos relacionar tanto a “condenação” do prazer sexual nos moldes da ideologia cristã, como também, da não existência de uma opção sexual, notemos no epitáfio acima que não retratou qualquer sujeito, mas um sujeito específico conhecido por assumir publicamente uma postura homoafetiva, portanto um sujeito que não segue uma ordem sexual socialmente estabelecida: sujeito mulher com sujeito homem. Deste modo, a partir de uma formação ideológica religiosa, ir contra a um relacionamento heterossexual é fugir tanto de uma ordem discursiva, quanto de um lugar puro, sagrado, e em seu lugar deixar entrar um lugar desmoralizante, depreciativo, pornográfico.

O homossexualismo, mais do que ser um questão individual, é social. Ser um sujeito gay em nossa sociedade ainda é ir de encontro aos aspectos culturais e sociais estabelecidos pelo discurso cristão. Há ainda muitas controvérsias contra esse sujeito. A homossexualidade, mais retratada hoje em dia com o termo homoafetividade, reforçando mais ainda a intolerância disseminada pelo epitáfio com relação a esse sujeito, é vista como oposição a moral e a religião, o que favorece a marginalização desses sujeitos. Temos uma sociedade, ainda, fortemente conservadora, marcada pelo machismo que não tolera a quebra do relacionamento heterossexual. Durante tempos, aprendemos em discursos divulgados na Bíblia, por exemplo, sobre a condenação de práticas homossexuais. A seguir expomos alguns trechos bíblicos que abordam a prática homossexual:

“ Com varão te não deitarás, como se fosse mulher; abominação é ”.

Levítico 18:22

“ Quando também um homem se deitar com outro homem, como mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue é sobre eles”.

Levítico, 20:13

⁸ Todas as vezes que citamos discurso religioso estamos nos referindo ao cristianismo.

“ E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro”.

Romanos, 1:27

São discursos que permanecem até os dias atuais, não cessam. São ditos por nossas gerações antigas, sendo aceitos não mais com o valor de verdade de antes.

Vontades de verdade são criadas em torno do sexo, e mesmo que seja uma temática com maior divulgação nos dias atuais, envolvida em muitos discursos, isso não quer dizer que o silêncio em torno da mesma já tenha ganhado voz, que falar de sexo seja algo natural, como no século XVII, ainda não o é. Durante o século XVII não havia interdição, nem segredos, mas sim familiaridade com relação aos discursos envolvendo o ato sexual ou a sexualidade. Vejamos o que diz Foucault (1988, p.90) a respeito do sexo nessa época:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos ‘pavoneavam’.

Falamos de sexo através de muitas pausas, com muito cuidado e em várias reticências, e ainda com todo esse cuidado não podemos falar em qualquer lugar. Isso se constrói devido a uma vontade de verdade que foi estabelecida: sexo como lugar de procriação e não como ato prazeroso, porque isso remete ao pecado. Vontade de verdade que comunga com o sexo enquanto lugar da repressão e da proibição. Com base em Foucault (1988, p.9), “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a inteiramente, na seriedade da função de reproduzir” (FOUCAULT, 1988, p.9). Assim, o discurso de que os sujeitos mulheres não devem ter relação sexual antes do casamento possui interdiscursividade com esses discursos familiares, do sexo como lugar sagrado, lugar da procriação, da constituição familiar. Entre um século e outro houve mudanças calando algumas vozes em torno do sexo/sexualidade e autorizando outras.

Nossa sociedade reprime algumas atitudes e palavras que remeta ao sexo, e, sobretudo ao sexo colocado de forma indecente, selvagem, ou seja, o sexo que foge às normas sociais, aquele que transgride o lugar da procriação, como é o caso do sexo entre parceiros que possuem mesmo gêneros. Sexo entre o mesmo sexo põe em risco a humanidade, pois não gera

frutos, esse também é um motivo da intolerância para com o relacionamento homossexual. Com isso podemos falar em outra vontade de verdade, remetida ao sujeito homossexual, que nossa memória discursiva aciona: homossexual como sujeito que possui um sexo fácil. Esse sujeito foi rotulado em nossa sociedade, enquanto, tendo o sexo por vício, sujeitos que se envolvem com outros sujeitos em busca de uma relação sexual e não em busca de sentimento. Isto justifica a existência do termo *homoafetivo* no lugar de *homossexual* para fazer referência a estes sujeitos, uma vez que, enquanto o primeiro termo remete a um relacionamento marcado por afetividade, o segundo termo denota uma união respaldada apenas no sexo.

Através do enunciado colocado no *epitáfio fabuloso* vê-se um atravessamento discursivo que gira em torno de dois lugares, um posto que remete à morte do sujeito, e um outro não posto, mas subtendido, o sujeito homossexual sendo visto enquanto amoral, este segundo lugar acontece através da transformação de sentido da palavra *comer* que se dá pela modificação dos sentidos já estabilizados, seguindo um pensamento que escapa às normas instauradas. Assim, o enunciado favorece leituras várias. Leituras que consistem, com base em Pêcheux (1990, p.44):

Em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Além de nos permitir entender a constituição de identidades, a partir dos gestos de interpretação, na medida em que os sentidos e seus possíveis efeitos não estão na materialidade textual, mas na relação que os discursos mantêm com o texto, favorecendo múltiplas leituras, as quais não podem ser quaisquer, possuem limitações a depender da articulação entre a língua e a história.

Como já foi visto, as identidades são construídas frente a outras contrárias, ocasionando a valorização daquelas que estão na ordem cultural, por isso que a imagem do homossexual acaba sendo vulgarizada, pois está no lugar da desordem, do discurso que foge a uma raiz cultural, na qual a valorização está na ordem heterossexaul.

Igualmente, a imagem do epitáfio é carnavalizada. O processo de carnavalização funciona como uma estratégia discursiva que busca criticar ou denunciar os lugares dos sujeitos, e, com isso provoca efeitos de sentido na materialidade enunciativa, criando uma paródia, quando entra em cena o olhar para o deslocamento do gênero epitáfio. A partir da carnavalização o sujeito enunciadador liberta-se dos poderes enraizados e que regem os discursos

dos epitáfios oficiais, provocando o riso, verbalizando-se de forma engraçada. Os estudos de Camboim (1999, p.100), demonstram que:

Para se verbalizar de maneira engraçada, há que se remeter a atenção para ‘desvios’ do código, quaisquer que sejam eles, os quais ali estarão inseridos com uma *expressividade* e com um *querer-dizer* que transcenderão esses ‘desvios’ em si, mas que, com eles, como o todo presente, comunicarão efetivamente a comicidade do enunciado.

Assim, a linguagem predominante nesse novo acontecimento, *epitáfio fabuloso*, remete o sujeito à materialidade, transformando as imagens oficiais em uma forma cômica, caracterizando o que Bakhtin (1993) chama de *Realismo Grotesco*, ou seja, “sistema de imagens da cultura cômica popular” (BAKHTIN, 1993, p.17).

Esse sistema é marcado em especial pelo *rebaixamento*, “isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato” (BAKHTIN, 1993, p.17). Deus, para os sujeitos de formações ideológicas religiosas cristã, é o lugar da elevação, o ideal, o sublime, a verdade absoluta, mas nos *epitáfios fabulosos*, esse lugar inexistente.

As cerimônias ou rituais tidos por elevados, sublimes em sua forma oficial, ao serem rebaixados mantêm mais aproximação com a terra. Sendo assim, têm-se dois planos: o “alto”, que está para o sublime, o sagrado, representado pelo céu, e o “baixo”, o risível, a transformação do sublime, é o sinônimo da terra, assim como o alto pode ser representado pelo rosto e o baixo pelos órgãos genitais. O *epitáfio fabuloso* visto rebaixa o epitáfio oficial ao utilizar em seu discurso a imagem do órgão sexual masculino que, ao ser entrelaçada a linguagem verbal, deixa entrever esse discurso profano para a sociedade. A profanação “é formada pelos sacrilégios carnavalescos, por todo um sistema de descidas e aterrissagens, pelas indecências, relacionadas com a força produtora da terra e do corpo, e pelas paródias carnavalescas de personalidades e acontecimentos (BAKHTIN, 2008, p.123).

Pensando no alto e baixo, temos que os sujeitos dos epitáfios oficiais assumem a posição do alto, na medida em que são vangloriados a partir do discurso religioso, discurso ideal em nossa sociedade cristã ocidental, isso é refletido por meio dos lugares que os discursos colocam os sujeitos ausentes: céu/paraíso, e assim permite ao morto ser inserido neste lugar sublime, ao passo que os epitáfios parodiados aproximam-se da terra, são rebaixados, o sublime é transformado em grotesco ao trazer essa materialidade inaceita no epitáfio primeiro (oficial).

Apresentaremos epitáfios fabulosos, divulgados pela mídia (ver anexo), direcionados aos sujeitos: político, gordo, ignorante e o funcionário público. Vontades de verdade são

materializadas em torno desses sujeitos, constituindo identidades que apontam práticas sociais e culturais.

Vejamos um exemplo de epitáfio *fabuloso*, divulgado na mídia, destinado ao sujeito político. O epitáfio traz discursos que rebaixam o lugar de “sublime” próprio dos epitáfios oficiais e assim denunciam o lugar do sujeito político atualmente:

Procurem meu advogado!⁹

EF 2

Este enunciado demarca um lugar social do sujeito político. Nossa *memória discursiva* remete a este sujeito, através de discursos pronunciados socialmente, uma identidade de sujeito corrupto. Nossa sociedade confere ao sujeito político uma identidade de desonesto¹⁰. Os diversos escândalos de corrupção retratados pela mídia, nos jornais, revistas, contribuem para reforçar a imagem do político sendo um sujeito corrupto, discurso que podemos observar nas palavras a seguir de um dos mais conhecidos comentarista político da sociedade brasileira, o jornalista Arnaldo Jabor:

AJ₁: Nunca vimos uma coisa assim. Ao menos, eu nunca vi. A herança maldita da política de sujas alianças que Lula nos deixou criou uma maré vermelha de horrores. Qualquer gaveta que se abra, qualquer tampa de lata de lixo levantada faz saltar um novo escândalo da pesada. Parece não haver mais inocentes em Brasília e nos currais do País todo. As roubalheiras não são mais segredos de gabinetes ou de cafezinhos. As chantagens são abertas, na cara, na marra, chegando ao insulto machista contra a presidente, desafiada em público. Um diz que é forte como uma pirâmide, outro que só sai a tiro, outro diz que ela não tem coragem de demiti-lo, outro que a ama, outro que a odeia. Canalhas se escandalizam se um técnico for indicado para um cargo técnico. Chego a ver nos corruptos um leve sorriso de prazer, a volúpia do mal assumido, uma ponta de orgulho por seus crimes seculares, como se zelassem por uma tradição brasileira.

Temos a impressão de que está em marcha uma clara “revolução dentro da corrupção”, um deslavado processo com o fito explícito de nos acostumar ao horror, como um fato inevitável. Parece que querem nos convencer de que nosso destino histórico é a maçaroca informe de um grande maranhão eterno. **A mentira virou verdade?** Diante dos vídeos e telefonemas gravados, os acusados batem no peito e berram: “É mentira!” Mas, o que é a mentira? A verdade são os crimes evidentes que a PF e a mídia descobrem ou os desmentidos dos que os cometeram? **Não há mais respeito, não digo pela verdade; não há respeito nem mesmo pela mentira. (...)**

⁹ Epitáfio presente no site www.murdenizer.wordpress.com, se referindo ao político. Coletado às 10 h 15 min do dia 02 de maio de 2011. (Ver anexo)

¹⁰ Os sujeitos políticos ao exercerem seus trabalhos usufruem de bens públicos. Essa é a realidade que, não apenas vemos sendo colocada na mídia constantemente, mas, por vezes, presenciamos em nossa sociedade. Diante de tanta prática corrupta, a imagem desses sujeitos acaba sendo materializada a partir de suas ações.

Ai, Jesus, que emocionantes os súbitos aumentos de patrimônio, declarações de renda falsas, carrões, iates, piscinas em forma de vaginas, açougues fantasmas, cheques podres, recibos laranjas de analfabetos desdentados em fazendas imaginárias.

Que delícia, que doutorado sobre nós mesmos!... **Assistimos em suspense ao dia a dia dos ladrões na caça. Como é emocionante a vida das quadrilhas políticas**, seus altos e baixos – ou o triunfo da grana enfiada nas meias e cuecas ou o medo dos flagrantes que fazem o uísque cair mal no Piantella diante das evidências de crime, o medo que provoca barrigas murmurantes, diarreias secretas, **flatulências fétidas no Senado**, vômitos nos bigodes, galinhas mortas na encruzilhada, as brochadas em motéis, **tudo compondo o panorama das obras públicas: pontes para o nada, viadutos banguelas, estradas leprosas, hospitais cancerosos, orgasmos entre empreiteiras e políticos**¹¹.

Textos como este vêm reafirmar essa identidade corrupta do político, já presente em nossa memória discursiva. Destacamos *memória discursiva* como “o saber discursivo” que retoma dizeres anteriores, vindos de outros lugares. Essa memória está ligada à produção do discurso.

Se tivéssemos o epitáfio oficial de um político, certamente esse enunciado não se apresentaria desta forma, vista no *epitáfio fabuloso*, mas caracterizaria um sujeito bom e exemplar, preocupado com a sociedade a qual representava. Nesse sentido, o rebaixamento consiste em eliminar esse lugar de “*moral*” que possui o sujeito no epitáfio oficial e aproximá-lo de um lugar terrestre, marcado pela materialidade econômica. É um sujeito que foge aos ditames legais, que abusa de seu poder, da sua profissão e ao invés de cumprir os princípios democráticos, de se preocupar com uma coletividade, mostra uma preocupação para consigo. Ele foge do lugar que deveria estar, servir ao povo, para entrar na ordem discursiva social, ao exercer atividades visando interesses particulares e entra em uma desordem ou podemos falar em uma nova ordem, por ser um discurso tão presente, atualmente. O epitáfio fabuloso ao enunciar esse discurso ratifica essa identidade posta, visível e resiste aos mecanismos de controle presentes em epitáfios “reais” (religiosos). Ao mesmo tempo também confirma a vontade de verdade de que o sujeito político é um sujeito corrupto.

Faz-se necessário esse outro dizer, às *avessas*, tendo em vista que o discurso ainda que surja ao contrário, que quebre uma ordem discursiva já estabelecida, institui-se no lugar de operador, não é discurso reflexo e sim discurso batalha, como fala Foucault (2011, p.221):

Discurso batalha e não discurso reflexo. Mais precisamente, é preciso fazer aparecer no discurso funções que não são simplesmente as da expressão (de uma relação de forças já constituída e estabilizada) ou da reprodução (de um sistema social preexistente). O discurso – o simples fato de falar, emprega palavras, utilizar as palavras dos outros (com o risco de retorná-las), palavras que os outros compreendem e aceitam (e, eventualmente, por sua vez, as

¹¹<< <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,os-canalhas-nos-ensinam-mais-829417,0.htm>> Publicado no Estadão, 31 de janeiro de 2012 (em anexo). Coletada às 21 h 30 min de 25 de maio de 2012.

retornam) -, esse fato é em si mesmo uma força. O discurso é para a relação das forças não apenas uma superfície de inscrição, mas um operador.

O discurso não é apenas um conjunto de dizeres, é uma batalha na qual uns procuram agir sobre os outros e influenciar os outros. É uma prática, uma política que instaura vontades de verdade. Discurso é todo poder que se instaura ao dizer.

Os discursos ao repetirem sentidos que lhes são anteriores o fazem através de uma memória, social-coletiva-discursiva, que demarca uma pré-existência de saberes, isso demonstra a não originalidade do sujeito locutor. Vejamos o texto que segue, como forma de entender esse lugar da repetição discursiva:



Charge 12

Outra vez se confirma essa identidade do político como corrupto, agora em outra materialidade discursiva, em outro gênero, a charge. Esta se vale de um discurso religioso, cristão, fazendo efusão à oração do Senhor, mais conhecida como o Pai Nosso: “O pão nosso de cada dia”. O sujeito político junta-se a outros sujeitos, ficando todos no espaço da criminalidade, inclusive, no próprio lugar do sujeito que mata, o sujeito ladrão. “Constrói-se, pelo discurso, que inclui atitudes, comportamentos (castigos, silenciamento etc.) uma identidade de grupo, sob o prisma de uma governamentalidade normatizadora que reduz tudo e todos ao ‘mesmo’.” (CORACINI, 2008, p.68). Ou seja, a mídia assume-se nesse lugar de governamentalidade, que exerce um poder sobre os sujeitos em questão, enquadrando-os a partir de seus comportamentos e atitudes em um mesmo lugar: o da criminalidade.

¹² Charge presente no site www.r2cpres.com.br/v1/ charges-sobre-a-corrupcao. Publicada no dia 30/10/2011. Coletada às 22 h 30 min de 25 de maio de 2012.

A política é uma temática que está sempre presente em vários discursos e que também coloca como vontade de verdade de que o sujeito eleitor, ao exercer seu papel de cidadão, é o culpado pelo lugar da corrupção política. Aqui, na presente charge, não é qualquer eleitor, refere-se ao sujeito eleitor brasileiro, na medida em que as cores utilizadas, verde e amarelo, comungam com as cores presentes na bandeira do nosso país, Brasil.

Os discursos constituem essas identidades e repetem essas vontades de verdade - sujeito político como corrupto, sujeito eleitor como responsável por essa corrupção (por não saber escolher, não saber votar) - devido uma memória social que resgata os discursos que estão em circulação movidos por uma trama sócio político cultural. Por isso colocamos a memória como permitindo a retomada e repetição de sentidos, de acordo com Indursky (2011, p.71):

Assim, chegamos às primeiras reflexões em torno de memória: se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados.

Quando um discurso se apropria de discursos outros também entra em cena a apropriação de valores que transitam na sociedade. O discurso é socialmente construído, sendo responsável pelo entendimento que temos a respeito da constituição de uma subjetividade e pela formação de conceitos, onde as circunstâncias, o momento, o espaço, as ideologias, são condições para uma materialidade discursiva.

É bem verdade que os *epitáfios fabulosos* fazem e têm sentido a partir de um contexto histórico, social e cultural ao qual são elaborados, em que ora reafirmam discursos materializados/predominantes, ora os criticam. Vejamos o epitáfio a seguir, referindo-se ao sujeito gordo:

Enfim magro!¹³

EF₃

O discurso do epitáfio fabuloso acima denuncia estereótipos de padrões físicos vigentes, à medida que evidencia uma busca permanente em vida do sujeito gordo pelo emagrecer

¹³ Epitáfio presente no site www.murdenizer.wordpress.com, se referindo ao sujeito gordo. Coletado às 10 h 15 min do dia 02 de maio de 2011. (Ver anexo)

almejando um arquétipo “magro” que é findável apenas com o pós-morte. Verificamos a dicotomia entre duas características físicas corporais, uma se sobrepondo a outra, de forma que o sujeito “gordo” se encontra de forma marginalizada em relação ao sujeito “magro” e que é inatingível durante vida.

O epitáfio fabuloso em destaque não demonstra apenas que existe essa dicotomia de aparências físicas, mas uma preocupação constante dos sujeitos em atingir um determinado padrão físico, por ser o padrão que está na ordem do discurso. Podemos observar a crítica do epitáfio acima, na qual os sujeitos vivos parecem insatisfeitos, eles não estão fugindo do que seria “o melhor aspecto” para a sociedade, no caso “o magro”, mas colaborando para difundir essa identidade. Em nossa sociedade alguns sujeitos, os gordos, por exemplos, são reprimidos, sofrem preconceitos devido a alguns discursos que procuram estereotipar certas identidades como sendo melhores. O epitáfio que analisamos é um bom exemplo desses dizeres.

Os discursos são formulados a partir das ideologias que permeiam os contextos sociais – culturais - políticos nos quais vivem os sujeitos. Sejam os sujeitos que falam, sejam os seus interlocutores, todos mobilizam conceitos e fazem significar a linguagem obedecendo a regras que dizem o que pode e deve ser enunciado em determinados lugares “o menor enunciado – o mais discreto ou banal – coloca em prática todo o jogo das regras segundo as quais são formados seu objeto, sua modalidade, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte”. (FOUCAULT, 2012, p.179).

Os discursos existem como forma de significar o real, dando sentido, construindo verdades e constituindo identidades, ao (re)produzir imagens que fazem parte de uma cultura e se fazem presentes no imaginário de uma sociedade. A saber, apresentamos a imagem do sujeito ignorante perpetuada em nossa sociedade e ratificada no *epitáfio fabuloso* que segue:

Si matei-me!¹⁴

EF₄

Todo discurso esconde intenções, sentidos que são fundamentados devido às condições em que é produzido. A produção do discurso é dada a partir de saberes exteriores e anteriores ao dizer presente. Lendo o *epitáfio fabuloso* observamos que o jogo linguístico formado pela

¹⁴ Epitáfio presente no site www.murdenizer.wordpress.com, se referindo ao sujeito ignorante. Coletado às 11 h 00 min do dia 02 de maio de 2011. (Ver anexo)

colocação dos pronomes, “si” e “me”, antes e após o verbo, foge a ordem do que é corretamente padrão para os discursos estabelecidos pelas regras gramaticais: verbos iniciando frases, o correto, segundo o que determinado pela norma padrão, é o pronome vir depois do verbo. Logo, para a gramática normativa brasileira, deveria ser dito: Matei-me. A partir disso, há, portanto, uma ratificação do lugar que assume o sujeito ignorante em nossa memória discursiva: sujeito de pouca instrução, poucos conhecimentos linguísticos, iletrado, como também, o enunciado confirma o lugar do “exagero” que faz parte da imagem desse sujeito com a duplicação dos pronomes.

Sabendo-se, ainda, que o sujeito ignorante também é refratado como sujeito impaciente atribuímos a existência do riso, presente no *epitáfio fabuloso*, a causa da própria morte, já que o enunciado pauta-se na primeira pessoa, em que o sujeito assume-se como autor de sua própria morte. O enunciado apresenta um estereótipo que remete a imagem do sujeito ignorante enquanto aquele que pode matar a si mesmo, sendo impaciente consigo ou com as atitudes de outros sujeitos.

A análise de um discurso está relacionada a interpretações de ditos e não ditos que formam os enunciados ao constituírem um acontecimento, fazendo aparecer, desaparecer e reaparecer identidades, crenças, posições sociais dos sujeitos. Assim, o discurso é moldado à luz de questões sociais, sendo constituído a partir de relações de poder que interferem nas práticas sociais, e, atuando, dessa forma, como uma ação, uma prática que diz e altera a sociedade, com base na realidade vivenciada. Existem condições para que o discurso seja formado e tenha sentidos. É preciso, portanto, fazer a descrição dos enunciados que compõem os discursos. Com isso afirma Gregolin (2004, p.32):

A grande tarefa que se propõe na descrição dos enunciados é a de definir as condições nas quais se realizou o enunciado, condições que lhe dão uma existência específica. Esta existência faz o enunciado aparecer em relação com um domínio de objetos; como o jogo de posições possíveis para um sujeito; como elemento em um campo de coexistência; como materialidade repetível

Os discursos são formulados com base nos sujeitos e suas relações com demais sujeitos, bem como no contexto sócio-histórico-ideológico e em uma memória discursiva capaz de resgatar o já dito. A seguir, no epitáfio *fabuloso*, apresentamos a constituição do sujeito funcionário público. Há uma denúncia em relação a posição deste sujeito em nossa sociedade. Vejamos:

Dirija-se ao túmulo ao lado

O discurso, presente no *epitáfio fabuloso*, que materializa a imagem do sujeito funcionário público favorece, com base no interdiscurso, a seguinte leitura: sujeito que não trabalha, sujeito preguiçoso. O não trabalhar é uma vontade de verdade refletida em outros dizeres, em outros discursos, como o que expomos a seguir:

TOURO ESPERTO¹⁶

Um caboclo tinha um touro que era o melhor da região. O touro era seu único patrimônio. Os fazendeiros descobriram que o tal touro era o melhor animal reprodutor e começaram a alugar o bicho para cobrir suas vacas. Era só colocar uma vaca perto dele e o touro não perdoava!!! O caboclo ganhava muuuuuuuito dinheiro!!! Os fazendeiros se reuniram e decidiram comprar o touro. Chegaram na casa do caboclo e falaram:

-Põe preço em seu bicho que vamos comprá-lo.

O caboclo, aproveitando da situação, pediu um preço absurdo. Os fazendeiros não aceitaram a proposta e foram se queixar com o prefeito da cidade. Este, sensibilizado com o problema, comprou o animal com o dinheiro da Prefeitura, pagando uma fortuna, e o registrou como patrimônio da cidade. Fizeram uma festa imensa na cidade... Os fazendeiros trouxeram suas vacas para o touro cobrir, tudo de graça!!! Veio a primeira vaca, o touro deu uma cheirada e nada...

- Deve ser culpa da vaca – disse um fazendeiro. Ela é muito magra! Trouxeram outra vaca, uma holandesa, a mais bonita da região. O touro cheirou a vaca e... nada!!! O Prefeito, desesperado, chamou o caboclo e lhe perguntou o que estava acontecendo.

- Não sei... - disse o caboclo - Ele nunca fez isso antes!

- Deixa eu vou conversar com o touro. E o caboclo, aproximando-se do bicho, perguntou:

- O que há com você? Não tá mais a fim de trabalhar? E o touro, dando uma espreguiçada, respondeu:

- Não enche o saco... Agora sou funcionário público!!!

Embora ambos os gêneros, *epitáfio fabuloso* e a piada, estejam no lugar do riso, eles atestam uma emergência discursiva que denuncia quem é o sujeito funcionário pública, comparando-o com um servidor particular. A piada reflete sobre os serviços prestados pelo sujeito funcionário público, ou melhor, para os não serviços, a partir disso faz emergir uma

¹⁵ Epitáfio presente no site www.murdenizer.wordpress.com, se referindo ao sujeito funcionário público. Coletado às 11 h 00 min do dia 02 de maio de 2011. (Ver anexo)

¹⁶ Gênero piada presente no site: <http://www.velhosamigos.com.br/piadas/> se referindo ao sujeito funcionário público. Coletado às 10 h 00 min do dia 25 de Outubro de 2012.

identidade que está relacionada à forma como o indivíduo, ao exercer sua atividade profissional e assumir o lugar de funcionário público, é posto na sociedade. Não prestar os seus serviços comunga com o “dirija-se ao túmulo ao lado”, que pode ser parafraseado com: dirija-se ao setor ao lado, dirija-se ao departamento ao lado, a outro departamento.

Partindo do conhecimento de que toda relação de poder implica liberdade, como nos diz Foucault (2009), verifica-se que o epitáfio às *avessas* assume esta liberdade, ao trilhar caminhos diferentes daqueles dos epitáfios oficiais, é uma estratégia de resistência. Mas, vale salientar que essa liberdade não abole o poder presente em um já-dito, mas sim ultrapassa-o, fazendo insurgir novos dizeres com um tom sério-cômico e dialogando com o contexto sócio-histórico-cultural atual e assim deslocando sentidos.

Os epitáfios oficiais trazem a marca da individualidade, tendo em vista que marcam o nome do sujeito que está sendo homenageado, exaltado, diferente dos epitáfios fabulosos que embora destaquem um determinado sujeito, este na verdade representa uma coletividade.

O(s) discurso(s) presentes nos dizeres epitáficos que circulam na mídia ultrapassam as determinações, o visível e os limites impostos pelo discurso religioso, deslocando sentidos, através das mudanças de suportes dos dizeres. Vale salientar que só é possível compreendermos este deslocamento de sentidos se conhecermos os epitáfios “oficiais” e seu lugar na sociedade.

As análises apontaram que a identidade não é algo pronto, mas sim é um processo que pode ser formado através das visões de um outro/Outro. Esta se constrói através de relações de poder. “As identidades [...] são construções do poder, que nos individualiza e massifica ao mesmo tempo. (GRIGOLETTO, 2006, p.25)”. Assim as identidades não são fruto de escolhas, e sim, são resultados de relações de poder.

Com o advento da pós-modernidade não temos um sujeito pronto, acabado, enquanto produto, mas sim um sujeito em movimento, caracterizado pelo “deslocamento” que procura adaptar-se à contemporaneidade. Sendo assim, a partir dessa fase de constante transformação pela qual passam o mundo e assim os sujeitos, consideramos os “*epitáfios fabulosos*” como sendo fontes que revelam dada identidade(s), já que também procuram estar em consonância com as exigências sociais e culturais que estão na *ordem do discurso* atualmente. Por meio deles visualizamos como sujeitos profissionais e sujeitos que fogem a ordem da sociedade são constituídos.

Verificamos, através da linguagem e do discurso, um caráter carnavalizado nos *epitáfios fabulosos*, caracterizado por uma transgressão, intervenção e inversão do sublime, permitindo desse modo a inserção dos epitáfios oficiais em outro lugar, favorecendo um novo olhar, uma nova identidade, uma nova verdade, novos dizeres que vão além do discurso de poder, de valor e das vontades de verdade trazidas nos epitáfios “reais”. O outro lugar posto, sobre uma forma

parodiada , revela, através de seus discursos, denúncias sociais em relação a posições, lugares e profissões de sujeitos na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Momentos como nascer, viver e morrer são irreversíveis ao ser humano. Quando pensamos em cada uma dessas etapas estamos buscando entender seus significados e tentando compreender o posicionamento do ser humano em relação a cada momento desses. Destacamos, em nossa pesquisa, o morrer, pois neste há uma preocupação por uma permanência duradoura e/ou até mesmo infinita vinda do homem, que constrói seu universo em busca de reconhecimento e reflexão em torno da vida e da não-vida. Para isso, ele utiliza-se da linguagem, criando rituais, como forma de tornar consistentes seus pensamentos e desejos, revelando posicionamentos culturais em torno da morte.

Retomando a essa última etapa – a morte – e, pensando na dor da perda, na angústia, no medo de não saber para onde se está indo, em síntese, nas diversas dúvidas provocadas por esse acontecimento, alguns procedimentos surgiram como forma de amenização e entendimento da “ausência” de alguém. Ao visitarmos nossos parentes ausentes fisicamente, no cemitério, visualizamos uma vasta exposição de palavras, frases, mensagens, poesias, textos bíblicos com temas relacionados ao amor, à saudade, à lembrança, à eternidade, à bondade, a Deus. Escritos que são colocados sobre algumas sepulturas como forma de homenagear o morto ou enaltecê-lo perante a sociedade, são os chamados Epitáfios, exemplo de ritual fúnebre, que retrata uma das práticas escritas executadas pós- morte.

Através desse gênero estabelecemos olhares em uma perspectiva discursiva que favoreceram nossas leituras, situando o epitáfio como gênero discursivo, o qual permitiu entendermos nossa sociedade e a constituição de seus sujeitos, com suas práticas culturais.

Portanto, frente ao que foi dito e retomando nossas propostas iniciais acerca da compreensão do lugar dos sujeitos no gênero epitáfio, da subjetivação do morto, do posicionamento dos familiares, da sociedade em relação aos entes ausentes e à morte, bem como da ressignificação do gênero epitáfio, chegamos a algumas conclusões.

Por meio das análises das materialidades linguísticas e extralinguísticas, do epitáfio, e, através das condições de produção de seus discursos, com seus possíveis efeitos de sentidos, verificamos que ao se materializar, os dizeres os fazem obedecendo a regimes de repetibilidade.

O processo de repetibilidade “está na base da produção discursiva” (INDURSKY, 2011, p,88), sendo realizado através de uma memória discursiva que dá sentido aos dizeres. Ao afirmamos que os discursos estão submetidos a uma repetibilidade, que a nossa memória discursiva resgata, não necessariamente estamos dando lugar a uma cristalização de sentidos. Na medida em que os sentidos vão se repetindo é possível também haver deslizamentos, transformações. Assim, o processo de repetibilidade demarca tanto a reprodução de sentidos presentes em uma ordem discursiva quanto provoca uma desregularização. Ambos os regimes, regularização e desregularização, responsabilizam-se pela efetivação dos discursos dentro de uma cadeia discursiva, produzindo efeitos de sentidos, como foi possível averiguar no epitáfio.

O discurso do epitáfio é uma fonte escrita divulgada para manter os valores cristãos, já estabelecidos e que o sabemos por meio da memória do dizer. A escrita coloca-se no lugar de reflexão das condições sociais e culturais dos sujeitos, logo é detentora de poder. A escrita epitáfica destaca-se como uma forma de controle do comportamento do sujeito, bem como do próprio autor, do epitafista em relação a uma infinitude. O epitáfio através de suas nuances verbais, utilizando-se da escrita, permite que a ideia de morte seja amenizada, através de vontades de verdade que tentam colocar o sujeito morto numa posição infinita.

A prática de escrever ao morto ou sobre o morto, e até mesmo como se fosse o próprio morto, nada mais é que uma prática de escrita de si, na qual o sujeito falante se reconhece, determinando uma regra a ser seguida por si mesmo. É uma prática que permite a função autor dizer o seu lugar, sua posição na sociedade em relação às normas que segue e assim se constituir como sujeito moral. O gênero em destaque permite aos cidadãos se colocarem no cotidiano da sociedade, entender suas normas, as condutas que os sujeitos buscam seguir.

Ao ser colocado na sociedade e para a sociedade, as mensagens epitáficas seguem alguns valores cristãos, a partir de uma memória discursiva, coletiva ou social, que permite a divulgação de uma concepção de vida eterna e da caracterização do sujeito morto, como sujeito moral, ou seja, sujeito que é conduzido moralmente, agindo em consonância aos preceitos cristãos que são colocados como verdades para a formação social dos que acreditam no cristianismo. Dessa forma, temos a existência de uma relação de poder e de um desejo, evocados a partir dos lugares de memória, sobretudo, através da preocupação com o momento esperado por todos, a morte.

Os lugares de memória pelos quais muitos discursos se apropriam são responsáveis pela forma e dizer de discursos atuais, assim podemos entender a Bíblia como um lugar de memória dos discursos epitáficos. Os epitáfios ratificam esse lugar de bondade e de fidelidade a Deus, que a todo tempo é divulgado na Bíblia, e, em muitos casos são a cópia fiel de dizeres presentes neste lugar.

Por outro lado, também é através dos lugares de memória que temos uma transfiguração do gênero epitáfio, estes passam a circular em outros espaços diferentes do espaço a ele já naturalizado, os campos-santos, situando-se em outro lugar, com novos dizeres, movendo os sentidos e os discursos, com isso deixam de serem epitáfios e passam a *epitáfios fabulosos*. É a mídia, enquanto lugar de memória, que possibilita a circulação desses novos epitáfios, permitindo a existência do processo de desestruturação-reestruturação nos discursos:

Todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PECHEUX, 1990, p.56)

Nossos estudos permitiram-nos perceber que, se por um lado, os discursos circulam em nosso contexto sócio-histórico e são retomados, por meio de uma memória discursiva, constituindo-se parafrasticamente, seguindo uma ordem discursiva que reafirma outros dizeres, com valores cristalizados e demarcando uma teia social, cultural e religiosa (especificamente, aqui, o cristianismo) semelhantes; igualmente há discursos que quebram uma ordem discursiva de senso comum na sociedade, discursos que são desviados, alterados, sendo constituídos e formulados com outros efeitos de sentidos, outras vontades de verdade, ao circularem em outro lugar.

Isso posto, há dizeres que saem do lugar da seriedade, do habitual, cedendo lugar ao que é inabitual e grotesco, foi o que constatamos com epitáfios que circulam na mídia, aos quais atribuímos a denominação de *epitáfios fabulosos*, pois são epitáfios que entram no lugar da crítica, apresentando-se de forma humorística. São epitáfios fingidos, não verdadeiros, irreais. O que não implica dizer que, mesmo estes epitáfios circulando sobre a forma risível, não representem uma realidade social, materializando vontades de verdades. Outras verdades são representadas de forma carnavalizada.

O processo de carnavalização, evidenciado por Bakhtin (1993), consiste na divergência entre o oficial e o não-oficial. Bakhtin observou em algumas obras literárias que a vida cotidiana era apresentada sobre a forma risível, opondo-se ao sério. Havia uma ordem inversa ao habitual, que convertia o sagrado em profano.

Dentro desse contexto apresentamos a ressignificação do epitáfio enquanto um fenômeno da carnavalização, no qual há uma ruptura com o que é institucionalizado, em que o

cômico se faz presente, ao transformar uma realidade pré-estabelecida, caracterizando uma interdiscursividade parodística, ao resgatar um já-dito deslocando dizeres e “verdades.”

Há uma resistência na ordem discursiva seguida pelos *epitáfios fabulosos* quando comparados aos epitáfios oficiais, tendo em vista que aqueles transcendem os domínios da moral e as técnicas de si que nestes se fazem presente e passam ao lugar de denúncia, formado por diversas vozes sociais. Isso ficou confirmado com a exposição do lugar de discriminação e obscenidade atribuído ao sujeito homossexual, ao lugar de corrupção condecorado ao sujeito político, ao sujeito gordo em detrimento do sujeito magro, ao estereótipo do sujeito ignorante e por fim a constituição do sujeito funcionário público enquanto descumpridor de suas funções, sendo o sujeito que está sempre repassando suas atividades a outros setores.

Os “novos” epitáfios, ao quebrar a ordem discursiva estabelecida nos epitáfios originais, inserem-se em um lugar não-oficial, cômico grotesco e utópico, inscrevendo novos sentidos por meio de um caráter subversivo e tecendo denúncias que deixam vislumbrar nos fios do texto um contexto sócio-histórico próprio do pensamento pós-moderno.

São discursos que resistem aos lugares de perfeição e da ordem epitáfica, que se colocam sobre uma forma criativa, fazendo denúncias sociais e não participando dos jogos de poderes cristãos, controlados por uma sociedade hegemônica.

Através da análise do corpus, constatamos que não podemos adquirir os discursos como verdades absolutas. É preciso observar as possibilidades de seu dizer, suas interdições.

O presente trabalho é relevante por apresentar discussões em torno de um gênero discursivo pouco trabalhado no campo acadêmico, abrindo horizontes para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Edjane Gomes de . Processo de reesignificação no discurso jornalístico. In: "*Veja*" a discursvização ideológica: "Istoé" discurso jornalístico. 1. ed. Brasília: Kiron, 2011,p.66-109.

BAKHTIN, Mikhail. Introdução: Apresentação do Problema. In: *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. Tradução: Iara Frateschi. 2 ed. Editora: Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1993, p.1-50

_____. Os Gêneros do Discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 a.

_____. O enunciado, unidade da comunicação verbal. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

_____. Língua, fala e enunciação. In: BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. LAHUD, Michel; FRATESCHI, Yara [Trad.] 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. BEZERRA, Paulo [trad.]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p.207-263

_____. Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. BEZERRA, Paulo [trad.]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b, p. 115-206.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. BENEDETTI, Ivone Castilho [trad.] São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BÍBLIA. V.T. Levítico. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: João Ferreira de Almeida. Brasília: Geo-Gráfica e editora Ltda, 1997. Cap. 18, vers. 22.

_____. V.T. Levítico. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: João Ferreira de Almeida. Brasília: Geo-Gráfica e editora Ltda, 1997. Cap. 20, vers. 13.

_____. N. T. Romanos. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: João Ferreira de Almeida. Brasília: Geo-Gráfica e editora Ltda, 1997. Cap. 1, vers. 27

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. (Trad Hildegard Feist). São Paulo: Companhia da Letras, 1989, p. 225-300.

BUENO, Silveira. *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva 1965, p.1.166.

CAMBOIM, José Afonso de Sousa. *Língua Hilare Lingua: ensaio sobre o riso e a técnica da opacificação cômica na performance linguística de José Cândido de Carvalho*. Brasília: Bárbara Bela, 1999.

CHARGE DE TÚMULOS DE FAMOSOS. Disponível em:

<<http://www.onlyanimes.net/forum/topico>>. [Acessado 02 Mai].

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Discurso e Escrit(u)Ra: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria; ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. *Escrit(u)ra de Si e Alteridade no Espaço Papel-Tela*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.17-50.

_____. Juventude em risco e governamentalidade: a questão do silenciamento e da identidade. In: NAVARRO, Pedro (org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008, p.59-70.

COURTINE, Jean- Jacques. Análise do Discurso: história e crítica. In: *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006, p.09-57

ECKERT-HOFF, Beatriz M. *Escritura de Si e Identidade: o sujeito-professor em formação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

EPITÁFIO ENGRAÇADOS. Disponível em: <www.murdenizer.wordpress.com>. [Acessado 02 Mai].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O Lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDURSKY, Freda; SOLANGE, Mittmann; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Memória e História Na/Da Análise do Discurso*, 2011, p.55-64.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. p.05-87.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. O dialogismo: Mikhail Bakhtin. In: _____. *Introdução à lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008. P. 45-62.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Herbert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231-249.

_____. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de setembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. Sexualidade e Política. In: *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*; org. MOTTA, Manuel; Trad. MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2004. (Ditos e Escritos V).

_____. Sexualidade e Poder. In: *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*; org. MOTTA, Manuel; Trad. MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2004 a. (Ditos e Escritos V).

_____. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado (Trad.). *Ética, Sexualidade, Política* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p.192-217.

_____. O Retorno da Moral. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado (Trad.). *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 c, p.252-263

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado (Trad.). *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 d, p.264-300.

_____. Verdade e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a, p.1-14.

_____. Soberania e Disciplina. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b, p. 179-191.

_____. O Intelectual e os Poderes. In: *Michel Foucault: Repensar a política*. MOTTA, Manoel Barrosa (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.371-376. (Coleção Ditos e Escritos vol.VI)

_____. O Discurso Não Deve Ser Considerado Como.... In: *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos vol. VII)

FREITAS, Maria Teresa Assunção. Bakhtin e linguagem. In:_____. *Vigotsky e Bakhtin Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1994.p. 131- 141.

GIL, Antônio Carlos. Que é pesquisa documenta? In: GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa?*São Paulo: Atlas, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. ET. AL. (orgs.) *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP,2001,p.9-32.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In:SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro Barbosa. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*.São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLLETO, Marisa. Leitura e Funcionamento Discursivo do Livro Didático. In: CORACINI, José Rodrigues Faria (org.). *Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático: Língua Materna e Língua Estrangeira*. Campinas: Pontes, 1999, p.67-77.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. SIDOU, Beatriz [trad.]. São Paulo: Centauro, 2006, p.224 p.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Memória e História Na/Da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p.67-89.

_____. A Análise do Discurso e sua Inserção no Campo das Ciências da linguagem. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *A Análise do discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Paulo: Claraluz, 2007, p.7-21.

NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-70.

_____. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria Rosário (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

OLIVEIRA, Maria Angélica. *Branca de Neve e os Sete anões: denúncia, história e memória*. In: Seminário Nacional sobre Ensino de Língua materna e Estrangeira e de Literatura (Anais), 2011

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007b.
ORLANDI, Eni Pulcinelli. Linguagem e método: uma questão da análise de discurso. In: *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 35-40.

_____. *Discurso e texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. *Palavra Fé Poder*. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. ORLANDI, Eni Pulcinelli [trad.]. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes 2007, p. 49–56.

_____. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. ORLANDI, Eni Puccinelli [trad.]. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009.

POSSENTI, Sírio. Ainda sobre a noção de efeitos de sentidos. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. Ed. São Carlos: Claraluz, 2003.

RICCEUR, Paul. História e Tempo. In: *A memória, a história, o esquecimento*. (Trad. Alain François). Campinas, SP: Unicamp, 2007, p.357-412.

SANT’ANNA, Affonso Roman de. *Paródia, Paráfrase E Cia*. 3º ed. São Paulo: Ática, 1988, p.05-96

SILVA, Francisco Paulo da. Articulação entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs). *M. Foucault e os Domínios da Linguagem*: Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p.159-179.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VEYNE, Paul. O império romano. In: ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*: do império romano ao ano mil. (Trad Hildegard Feist). São Paulo: Companhia da Letras, 1989, pg. 19-224.

_____. Uma história sociológica das verdades: saber, poder, dispositivo. In: *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*. MORAIS, Marcelo Jacques de [trad.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ANEXO

Os canalhas nos ensinam mais

PUBLICADO DO *ESTADÃO* DESTA TERÇA-FEIRA

31 de janeiro de 2012

Arnaldo Jabor – O Estado de São Paulo

Nunca vimos uma coisa assim. Ao menos, eu nunca vi. A herança maldita da política de sujas alianças que Lula nos deixou criou uma maré vermelha de horrores. Qualquer gaveta que se abra, qualquer tampa de lata de lixo levantada faz saltar um novo escândalo da pesada. Parece não haver mais inocentes em Brasília e nos currais do País todo. As roubalheiras não são mais segredos de gabinetes ou de cafezinhos. As chantagens são abertas, na cara, na marra, chegando ao insulto machista contra a presidente, desafiada em público. Um diz que é forte como uma pirâmide, outro que só sai a tiro, outro diz que ela não tem coragem de demiti-lo, outro que a ama, outro que a odeia. Canalhas se escandalizam se um técnico for indicado para um cargo técnico. Chego a ver nos corruptos um leve sorriso de prazer, a volúpia do mal assumido, uma ponta de orgulho por seus crimes seculares, como se zelassem por uma tradição brasileira.

Temos a impressão de que está em marcha uma clara “revolução dentro da corrupção”, um deslavado processo com o fito explícito de nos acostumar ao horror, como um fato inevitável. Parece que querem nos convencer de que nosso destino histórico é a maçaroca informe de um grande maranhão eterno. A mentira virou verdade? Diante dos vídeos e telefonemas gravados, os acusados batem no peito e berram: “É mentira!” Mas, o que é a mentira? A verdade são os crimes evidentes que a PF e a mídia descobrem ou os desmentidos dos que os cometeram? Não há mais respeito, não digo pela verdade; não há respeito nem mesmo pela mentira.

Mas, pensando bem, pode ser que esta grande onda de assaltos à República seja o primeiro sinal de saúde, pode ser que esta pletora de vícios seja o início de uma maior consciência crítica. E isso é bom. Estamos descobrindo que temos de pensar a partir da insânia brasileira e não de um sonho de razão, de um desejo de harmonia que nunca chega.

Avante, racionalistas em pânico, honestos humilhados, esperançosos ofendidos! Esta depressão pode ser boa para nos despertar da letargia de 400 anos. O que há de bom nesta bosta toda?

Nunca nossos vícios ficaram tão explícitos! Aprendemos a dura verdade neste rio sem foz, onde as fezes se acumulam sem escoamento. Finalmente, nossa crise endêmica está em cima da mesa de dissecação, aberta ao meio como uma galinha. Vemos que o País progride de lado, como um caranguejo mole das praias nordestinas. Meu Deus, que prodigiosa fartura de novidades sórdidas estamos conhecendo, fecundas como um adubo sagrado, tão belas quanto nossas matas, cachoeiras e flores. É um esplendoroso universo de fatos, de gestos, de caras. Como mentem arrogantemente mal! Que ostentações de pureza, candor, para encobrir a impudicícia, o despudor, a mão grande nas cumbucas, os esgotos da alma.

Ai, Jesus, que emocionantes os súbitos aumentos de patrimônio, declarações de renda falsas, carrões, iates, piscinas em forma de vaginas, açougues fantasmas, cheques podres, recibos laranjas de analfabetos desdentados em fazendas imaginárias.

Que delícia, que doutorado sobre nós mesmos!... Assistimos em suspense ao dia a dia dos ladrões na caça. Como é emocionante a vida das quadrilhas políticas, seus altos e baixos – ou o triunfo da grana enfiada nas meias e cuecas ou o medo dos flagrantes que fazem o uísque cair mal no Piantella diante das evidências de crime, o medo que provoca barrigas murmurantes, diarreias secretas, flatulências fétidas

no Senado, vômitos nos bigodes, galinhas mortas na encruzilhada, as brochadas em motéis, tudo compondo o panorama das obras públicas: pontes para o nada, viadutos banguelas, estradas leprosas, hospitais cancerosos, orgasmos entre empreiteiras e políticos.

Parece que existem dois Brasis: um Brasil roído por ratos políticos e um outro Brasil povoado de anjos e “puros”. E o fascinante é que são os mesmos homens. O povo está diante de um milenar problema fisiológico (ups!) – isto é, filosófico: o que é a verdade?

Se a verdade aparecesse em sua plenitude, nossas instituições cairiam ao chão. Mas, tudo está ficando tão claro, tão insuportável que temos de correr esse risco, temos de contemplar a mecânica da escrotidão, na esperança de mudar o País.

Já sabemos que a corrupção não é um “desvio” da norma, não é um pecado ou crime – é a norma mesmo, entranhada nos códigos, nas línguas, nas almas. Vivemos nossa diplomação na cultura da sacanagem.

Já sabemos muito, já nos entrou na cabeça que o Estado patrimonialista, inchado, burocrático é que nos devora a vida. Durante quatro séculos, fomos carcomidos por capitânicas, labirintos, autarquias. Já sabemos que enquanto não desatracarmos os corpos públicos e privados, que enquanto não acabarem as emendas ao orçamento, as regras eleitorais vigentes, nada vai se resolver. Enquanto houver 25 mil cargos de confiança, haverá canalhas, enquanto houver Estatais com caixa-preta, haverá canalhas, enquanto houver subsídios a fundo perdido, haverá canalhas. Com esse Código Penal, com essa estrutura judiciária, nunca haverá progresso.

Já sabemos que mais de R\$ 5 bilhões por ano são pilhados das escolas, hospitais, estradas. Não adianta punir meia dúzia. A cada punição, outros nascerão mais fortes, como bactérias resistentes a antigas penicilinas. Temos de desinfetar seus ninhos, suas chocadeiras.

Descobrimos que os canalhas são mais didáticos que os honestos. O canalha ensina mais. Os canalhas são a base da nacionalidade! Eles nos ensinam que a esperança tem de ser extirpada como um furúnculo maligno e que, pelo escracho, entenderemos a beleza do que poderíamos ser!

Temos tido uma psicanálise para o povo, um show de verdades pelo chorrilho de negações, de “nuncas”, de “jamais”, de cínicos sorrisos e lágrimas de crocodilo. Nunca aprendemos tanto de cabeça para baixo. Céus, por isso é que sou otimista! Ânimo, meu povo! O Brasil está evoluindo em marcha à ré!



Ronaldo

Até morto eu
ganho dinheiro!



Silvio Santos

Eu avisei! **Há, há!**
Eu avisei! **Hi, hiii...**



Papai Noel

Ah, já tava de **saco**
cheio dessa vida!



Michael Jordan

Esta é a minha
última **enterrada.**



Barrichello

Uau! Cheguei
antes do
Schumacher



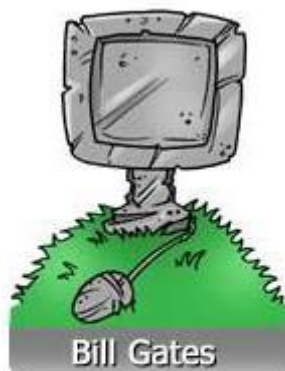
Nelson Ned

Ah, **não!**



Mãe Dinah

Eu já **sabia!**



Bill Gates

Me **deletaram**, mas
eu vou **reiniciar!**



Datena

Manda **prender** o
canalha que fez
isso!



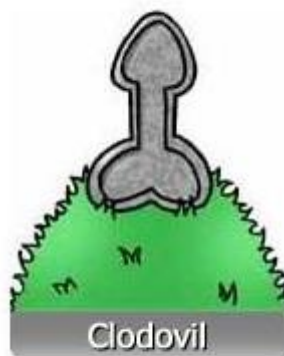
Gugu

Calma, gente...
Era só um
telegrama legal!



Dercy Gonçalves

Put a que pariu!
Até que enfim.



Clodovil

Agora só a terra
vai me **comer!**
Hã, hã, hã!



Maradona

Do **pó** eu vim.
No **pó** eu vivi.
Ao **pó** eu retornei.



Cid Moreira

Isso não é
fantástico...



Osama Bin Laden

Ih! Me **acharam!**



Saddam Hussein

Deste **buraco**,
ninguém me tira!



Padre Quevedo

Muerte é uma
cossa que no
ecxiste!

Epitáfios Engraçados

Do bêbado: Enfim sóbrio.

Do rico: Enfim duro.

Do invocado: Tá olhando o quê?

Do maldoso: Chega aí!

Do funcionário público: Dirija-se ao túmulo ao lado.

Do judeu: Alugo vagas.

Do crente: Fui! ... Pro Céu!

Do espírita: Volto já!

Do policial: Circulando! Circulando!

Do prevenido: Abrir de hora em hora.

Do comerciante: Fechado pra balanço.

Do sambista: Sambei!

Do bailarino: Dancei!

Do viciado: Do pó ao pó.

Do folgado: Não perturbe!

Do político: Procurem meu advogado!

Do paquerador: Você vêm sempre aqui?

Do bombeiro: Apaguei!

Do açougueiro: Desencarnei!

Do arquiteto: Fiz a passagem!

Do sapateiro: Bati as botas!

Do terrorista: A morte é uma bomba.

Do humorista: Não achei graça!

Do piadista: E agora, vão rir de quê?

Do inadimplente: Amanhã eu pago!

Do gordo: Enfim magro.

Do naturista: Preferia estar vivo, nem que fosse em São Paulo!

Da bichinha: Virei purpurina!

Do mano: Rapei fora!

Do cagão: Morri de medo!

Do ignorante: Si matei-me!
Do torcedor: Flamengo até morrer.
Do confeitiro: Acabou-se o que era doce!
Do ginasta: Consegui! Dei um salto mortal!
Do jóquei: Cruzei o disco final.
Do maluco: Tô só fingindo!
Do crítico: Não gostei!
Do Elvis Presley: Não morri.
Do juiz: Caso encerrado.
Do eletricista: Foi um choque!
Do obstetra: Parto sem dor.
Do mineiro: Trem ruim sô!
Do sindicalista: Greve por tempo indeterminado!
Do hipocondríaco: Não falei que eu tava doente?

<http://copicola.com/2010/06/30/epitafios-engracados/>